

# EXTRA

## CLASSE-ORG-BR

ANO 24 | Nº 235 | JULHO DE 2019

### ENTREVISTA

Fernando Cássio fala sobre  
barbárie na educação  
e ataques contra educadores  
p.04



Foto: Arquivo pessoal

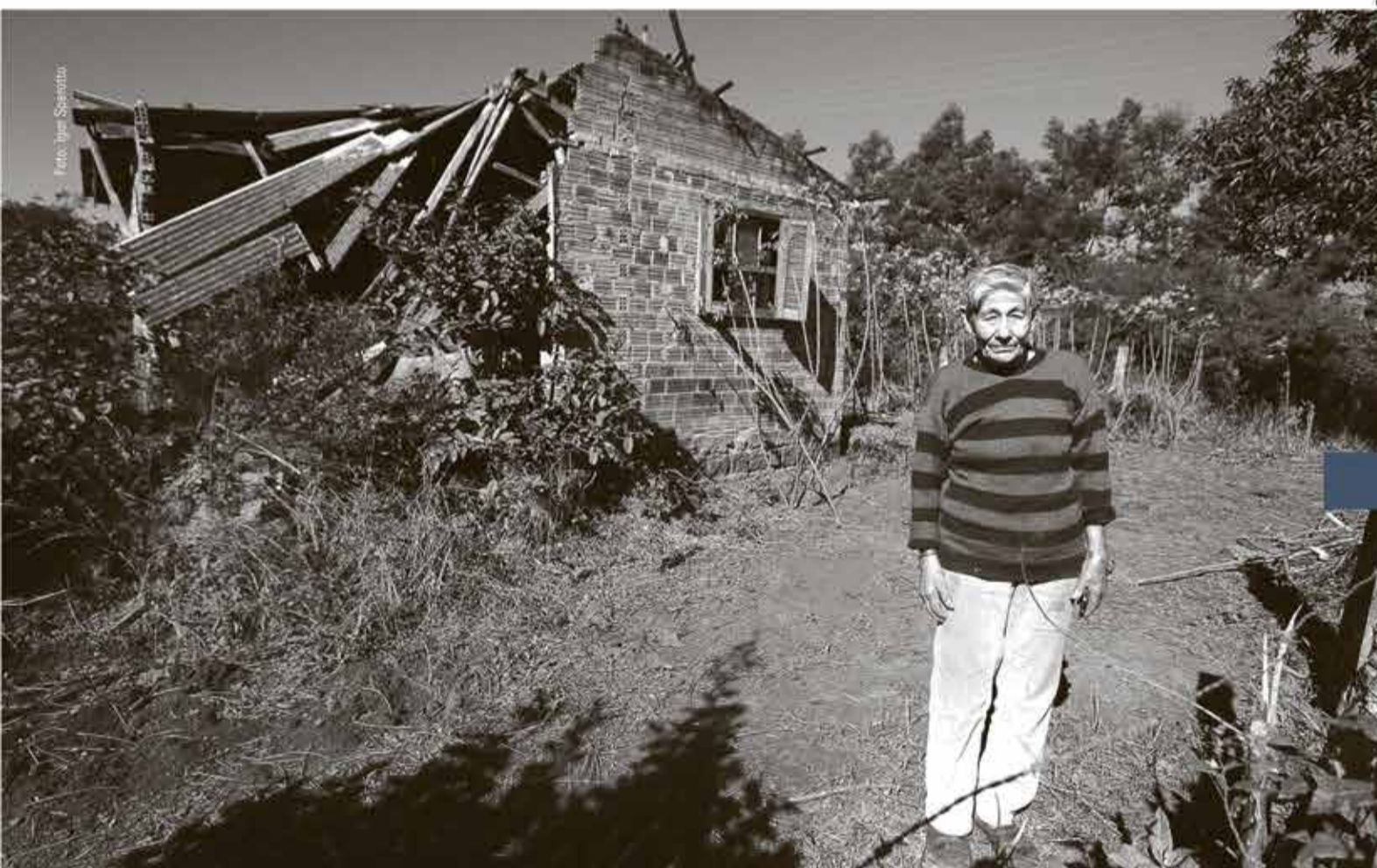


Foto: Igor Sizenov

### AMBIENTE

Diferentemente da  
panaceia econômica  
vendida pelas  
mineradoras, as regiões  
exploradas vivem um  
cenário de pobreza

p.14

# O rastro de miséria da mineração

### Nesta edição:



Foto: Reprodução

### DROGAS

O uso político das comunidades  
terapêuticas ligadas a igrejas,  
em detrimento da rede pública  
p.10



Foto: Diana Davies

### MOVIMENTO

Os 50 anos de Stonewall  
e o reflexo no ativismo  
LGBT+ no Brasil  
p.08

## EDITORIAL

### 04 ENTREVISTA

Fernando Cássio fala sobre os ataques de barbárie sofridos pela educação e por educadores

### 08 MOVIMENTO

Os 50 anos de Stonewall e o reflexo nos movimentos LGBT+ contemporâneos no Brasil

### 10 SAÚDE

O uso político das comunidades terapêuticas ligadas a igrejas, em detrimento da rede pública

### 13 WEISSHEIMER

O grotesco cenário da política nacional e os reflexos internacionais das escolhas de Bolsonaro

### 14 AMBIENTE

Diferentemente da panaceia vendida pelas mineradoras, regiões vivem um cenário de pobreza

### 18 ENSINO PRIVADO

Assinados acordos para educação básica, comunitárias e educação infantil exclusiva

### 23 ROLIM

O mito da autodefesa do cidadão que anda armado é desmontado por estudo realizado nos EUA

### 24 ARTE +

Livro que conta histórias de pessoas de baixa visão por elas mesmas ganha segunda edição

## Barbárie na educação, drogas como capital político e falsas promessas das mineradoras

Em nossa entrevista deste mês de julho, o educador Fernando Cássio fala do livro *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*, organizado por ele. O trabalho reúne as reflexões de pensadores como Bell Hooks, Sônia Guajajara e Daniel Cara, além de prólogo de Fernando Haddad e texto de contracapa do filósofo Mário Sergio Cortella. Na entrevista, o professor aborda o gerencialismo, a financeirização da educação, agenda educacional empresarial, ideologia da aprendizagem, entre outros temas polêmicos.

Na matéria que é capa desta edição, nossa reportagem visitou algumas comunidades exploradas pela mineração ou que foram exploradas pelas mineradoras. O que se constata é que, ao invés de desenvolver a economia dos municípios e gerar empregos, a indústria mineradora, ao longo dos anos, tem deixado um rastro de devastação, miséria, doenças, abandono e dependência econômica por onde passa.

Nossa reportagem mostra a relação estreita entre a sanção presidencial da lei de internação compulsória de usuários de drogas, no início de junho, e o crescente empoderamento das Comunidades Terapêuticas no governo Bolsonaro – que passaram, com a lei federal, a fazer parte do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. A maioria delas é de orientação religiosa e, mesmo denunciadas por suas precariedades e maus-tratos aos internos, começará a receber fartas verbas públicas em detrimento do sistema formal de saúde, o qual segue com escassos financiamentos. O uso político das comunidades terapêuticas é escancarado, tanto para destinação de verbas a entidades “amigas” quanto para dividendos eleitoreiros.

Na editoria Arte +, um livro que reúne depoimentos de pessoas com acuidade visual inferior a 30% se propõe a diminuir a desinformação e aumentar a consciência social sobre a necessidade de políticas públicas de inclusão de cegos e pessoas com baixa visão. Com esse foco, os desafios e as conquistas perpassam as páginas da obra *Histórias de Baixa Visão*, cuja 2ª edição, revista e ampliada, está sendo lançada em saraus e encontros pelo Brasil ao longo deste ano.

Confira, também, nesta edição as colunas de Marco Weissheimer, Luis Fernando Verissimo, José Fraga e Marcos Rolim, além das charges e quadrinhos de Santiago, Rafael Corrêa e Edgar Vasques.



EXTRA  
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: [extraclasse@sinpro.rs.org.br](mailto:extraclasse@sinpro.rs.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Clarinha Glock, Deise A. Enzweiler, Flávio Ilha e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://fb.com/jornalextraclasse)

## Liberdade de imprensa

SANTIAGO

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, foi duramente criticado depois que circulou a notícia de que a Polícia Federal, sob seu comando, estaria investigando o jornalista Gleen Greenwald, do site *The Intercept Brasil*, que detém os arquivos originais das trocas de mensagens de textos e vídeos entre o então juiz e procuradores da Lava Jato. Moro encomendou ao Coaf um relatório de movimentações financeiras do jornalista em busca de conexão com o material jornalístico publicado.

## Repercussão no exterior

O site norte-americano *HuffPost* destaca que Moro agora “encara seu próprio escândalo” e afirma que ele peca “por excesso de ambição e de vaidade”. O jornal francês *Le Monde* qualificou “o agora ministro do presidente de extrema-direita” como um “herói caído da anticorrupção”. “E foi Moro, uma figura partidária de direita com ilusões messiânicas, disposta a acabar com o Estado de Direito em busca de seus objetivos, que desempenhou o papel principal de colocá-lo lá”, disse o britânico *The Independent*.



## Ministro da Justiça, “juiz ladrão” ou ambos?

No último dia 2 de julho, o ministro Sergio Moro foi à Câmara dos Deputados prestar esclarecimentos sobre os diálogos vazados pelo site *The Intercept*, que comprometem a sua imparcialidade na condução dos julgamentos da Lava Jato.

Na ocasião, o deputado federal Glauber Rocha, do PSol/RJ, alegou que, ao invés de fazer perguntas que não seriam respondidas pois o ministro vinha se esquivando de responder, faria uma analogia. Ele comparou Moro na Lava Jato a um juiz de futebol que rouba o jogo e favorece uma das equipes.

Disse o deputado: “Imaginemos um campo de futebol em que um juiz marca um pênalti inexistente contra um dos times de maneira programada. Esse mesmo juiz de futebol orienta um jogador para a sua melhor posição para que não seja marcado o impedimento. Este mesmo juiz dá cartão vermelho para um dos jogadores. E a esta altura do jogo está evidente para todos que o juiz tem um time preferido. No intervalo, esse juiz desce ao vestiário junto com o técnico para poder orientar o time que está vencendo a partida a partir dessas manobras e, ao final desse jogo viciado, a família desse juiz comemora nas redes sociais a vitória do time que foi vencedor a partir dessa manobra. Se não fosse suficiente, meses depois, o juiz muda de função, não é mais árbitro de futebol, e ele passa a ser da diretoria do time que ele ajudou a vencer a disputa”.

Não satisfeito, entre interrupções de deputados do PSL e gritarias promovidas pela base bolsonarista, entre eles o deputado-pastor Marco Feliciano, Glauber foi além: “Da história, o senhor não pode se es-

conder. O senhor vai estar nos livros de História como um juiz que se corrompeu, como um juiz ladrão. É o que o senhor é, um juiz que se corrompeu, e, apesar dos gritos, um juiz ladrão”.

A base governista se indignou com a comparação e foi para cima do deputado do PSol pedindo para que se retratasse, causando tumulto no ambiente. A sessão foi interrompida por cerca de cinco minutos, tempo suficiente para Moro sair da sala e convocar a imprensa nos corredores da Câmara para fazer a sua defesa.

Foto: TV Câmara/Reprodução



# A educação, a barbárie e a falta de projeto



Fotos: Arquivo pessoal

---

por Marcelo Menna Barreto

**F**ernando Cássio é professor de Políticas Educacionais da Universidade Federal do ABC, em São Paulo, e participa da Rede Escola Pública e Universidade. Com a experiência de docência na educação básica, o Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, realizado em parte na Wayne State University (Detroit, EUA), foi o convidado pela editora Boitempo para coordenar a publicação de *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (Boitempo, 224 pág). Integrante da coleção *Tinta Vermelha*, o trabalho de Cássio reúne as reflexões de pensadores como Bell Hooks, Sônia Guajajara e Daniel Cara, além de prólogo de Fernando Haddad e texto de contracapa do filósofo Mário Sergio Cortella. Na entrevista que segue, Cássio nos fala um pouco sobre gerencialismo e financeirização da educação, agenda educacional empresarial, ideologia da aprendizagem, entre outros temas polêmicos. Ele afirma que as atitudes consideradas ridículas no Ministério da Educação do governo Bolsonaro nada mais são do que uma versão da barbarização que o livro trata. "Para rir disso, só se for de nervoso", desabafa

**Extra Classe – A apresentação do seu livro traz uma entrevista em que Theodor Adorno refuta que os protestos estudantis em Bremen, na Alemanha, em 1968 contra um aumento de tarifa nos transportes, por seu caráter desobediente, tenham sido uma forma de barbárie. Há quem diga que os protestos que aconteceram em São Paulo, em 2013, foram o estopim para o crescimento do discurso de direita e de desestabilização política. Qual é a sua opinião?**

**Fernando Cássio** – Por tudo o que a palavra “barbárie” evoca, senti a necessidade de delimitar um pouco o significado disso na apresentação do livro. Trazer Adorno para a conversa, portanto, tem muito mais a ver com justificar o título do livro do que com uma intenção de fazer paralelos históricos, o que, em geral, considero perigoso. De qualquer forma, ante a atualidade do texto de Adorno, é inevitável não pensar em 2013, nas ocupações de escolas, nas diversas formas de desobediência civil que se incorporaram aos repertórios táticos dos movimentos sociais no Brasil nos últimos anos. Sobre 2013, a primeira coisa que eu gostaria de pensar é: o que significa “tudo que estamos vivenciando hoje”? O ascenso da extrema-direita? A dispersão das lutas políticas? A descrença nos partidos políticos e nas formas organizativas da esquerda? A resposta à sua pergunta vai mudar dependendo do que estivermos falando. Em segundo lugar, se a figura do “estopim” alude simplesmente a um momento de deflagração, então posso concordar que momentos como o das Jornadas de Junho podem ser, afinal, estopins para muitas coisas.

**EC – Por exemplo?**

**Cássio** – O problema é que muita gente usa a figura do estopim para atribuir a Junho de 2013 uma relação *causal* com toda sorte de coisas que ocorreram depois disso no Brasil. A direita mobiliza esse tipo de raciocínio simplório todo dia, o que cabe perfeitamente na lógica muito concreta do pensamento conservador. Já à esquerda, se reduzir a complexidade da conjuntura atual a um efeito de 2013 serve para aliviar o peso de

algumas culpas coletivas, também não ajuda a construir muita coisa. Quando alguém afirma que a esquerda brasileira precisa de projeto – e como é incômodo ouvir isso –, costume dizer que a primeira coisa que precisamos fazer é parar de terceirizar as nossas responsabilidades. Lucia Scalco e Rosana Pinheiro-Machado, a partir de uma década de estudos etnográficos com jovens da periferia de Porto Alegre, têm rejeitado a ideia simplista de uma “virada conservadora” e reforçado a complexidade dos processos de subjetivação política que tantos analistas trataram como fenômeno de causas facilmente isoláveis. Este único exemplo ajuda a entender que as coisas podem ser mais complicadas do que aparentam ser.

**EC – Você fala que os autores de Educação contra a barbárie não têm medo de dizer em seus artigos quem são os inimigos da educação no Brasil. Afinal, quem são esses inimigos?**

**Cássio** – São aqueles que trabalham para destruir as escolas e a docência no Brasil, especialmente na educação pública. Muitos deles estão nomeados no livro: fundações e institutos ligados a bancos e empresas, “movimentos” ligados a *think tanks* de direita, investidores de risco, fundamentalistas religiosos, ultrarreacionários, militaristas, movimentos antiescola, negacionistas, revisionistas, anti-intelectualistas, movimentos de censura e perseguição a professores (como o Escola sem Partido, mas não apenas), etc.

**EC – O que você caracteriza como “embuste das agendas empresariais educacionais”?**

**Cássio** – Este é um termo amplo para descrever um conjunto de concepções sobre o funcionamento do Estado e sobre a abrangência de seus sistemas de proteção social, e que, na prática, jamais entregam aquilo que prometem. O principal embuste das agendas empresariais para a educação pública tem a ver com o problema do financiamento. Educação pública de qualidade custa dinheiro. O fato de o gasto público por aluno em educação pública no Brasil ser muito

mais baixo do que o de países cuja educação é considerada melhor do que a nossa costuma ser evitado ou com falsidade ou com diversionismo. Com falsidade, por aqueles que fazem comparações espúrias de gastos educacionais medidos como percentuais do PIB entre países, ocultando do debate que o que importa é o gasto por aluno. Com diversionismo, por aqueles que fazem um discurso apaixonado de combate às desigualdades educacionais no país afirmando que tudo é uma questão de gerir melhor os poucos recursos disponíveis.

**EC – Como evitar esse tipo de pensamento?**

**Cássio** – Se analisarmos com alguma honestidade os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, que relacionam os rankings de desempenho do Pisa e o gasto por aluno nos países, chegaremos à conclusão de que estamos fazendo uma excelente gestão da miséria na educação brasileira. Não quero com isso defender esse tipo de ranking, mas não é neles, afinal, que se apoiam os reformadores empresariais da educação?

**EC – O que lhe dizem esses indicadores?**

**Cássio** – Olhando para os indicadores, e pensando que temos, no Brasil, uma experiência de duas décadas de políticas de centralização curricular nacionais (os Parâmetros Curriculares Nacionais remontam ao final da década de 1990) e de mais de uma década de avaliações em larga escala censitárias, é absurdo que tão pouco tenha sido produzido por aqueles que acham que homogeneização, aferição de resultados e mecanismos de controle são suficientes para fazer a educação melhorar. Diante do fracasso, reformas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio propõem, respectivamente, uma pasteurização ainda mais radical da formação e um rebaixamento das expectativas de formação no Ensino Médio. Isso é de uma perversidade absurda, pois atinge evidentemente os mais pobres. Se não se pode formar decentemente no Ensino Médio público – já que

decidimos não investir o necessário para isso –, a melhor saída é estreitar os horizontes educacionais do país e reduzir a expectativa quanto ao atingimento de metas mais ambiciosas e/ou dificilmente mensuráveis pelos testes padronizados. A lógica da Reforma do Ensino Médio é: como não faremos aquilo que é necessário, façamos o mínimo, e só o mínimo.

**EC – Aquela história do embuste das agendas empresariais...**

**Cássio** – A alegada capacidade de resolver os problemas da educação via gestão administrativa é uma forma de evitar o problema do financiamento, pois enfrentá-lo exigiria rever, especialmente em tempos de crise econômica, o comprometimento do Estado brasileiro com o serviço da dívida pública, cujos credores são – surpresa! – aqueles que defendem a revolução educacional via gestão da pobreza. Maurício Tragtenberg dizia que, quando não se quer mudar nada, a gente faz uma reforma na educação. Isso resume bem o embuste das agendas educacionais empresariais.

**A lógica da Reforma do Ensino Médio é: como não faremos aquilo que é necessário, façamos o mínimo, e só o mínimo**

**EC – As Parcerias Público-Privadas (PPPs) na educação são nefastas ou existe alguma salvação entre elas?**

**Cássio** – Defendo uma educação pública com financiamento exclusivamente público. A partir daí, não vejo muito sentido em classificar as parcerias público-privadas como mais ou menos nefastas. Algumas são verdadeiramente perversas, como os contratos de impacto social (CIS) e os mecanismos de financeirização que colonizam a legislação brasileira que regula as parcerias público-privadas, para colocar escolas e universidades públicas a serviço do lucro de investidores que nada têm a ver com educação. Outras incorporam lógicas do mundo privado no serviço público, e a partir de uma velha

cantilena – de que o privado é mais eficiente, mais barato, mais transparente, mais ético, mais rápido e mais responsivo –, criam novos ambientes de negócios na educação pública para assessorias, sistemas de ensino apostilados, *gadgets* e aplicativos para uma suposta melhoria da gestão nas escolas e nas salas de aula.

No fim das contas, as pesquisas sérias que estudam essas parcerias a partir da escola mostram que, se elas beneficiam pessoas reais, também introduzem desigualdades em um sistema que deveria perseguir a igualdade de condições. No limite, portanto, só há salvação possível dentro de um financiamento público universal e suficiente para todas as redes de ensino do país, a partir do qual as escolas possam se produzir sem ter que contar com a benemerência de um setor privado, cujo projeto societário é incompatível com uma educação pública com financiamento público. A única forma de quebrar esse círculo vicioso, a meu ver, é se opor a toda tentativa de captura dos fundos públicos da educação.

**EC – Você usa o termo “ideologia da aprendizagem”. O que seria isso?**

**Cássio** – Quem criou este termo – e o usou em diversas entrevistas – foi o ex-ministro da Educação Rossieli Soares da Silva, atual secretário da Educação de São Paulo. Ele usou em tom de brincadeira quando, ao ser indagado se seria a favor de excrescências reacionárias como “Escola sem Partido” e espantalhos como “ideologia de gênero”, disse que a sua única “ideologia” seria a da aprendizagem. O curioso é que esse discurso da aprendizagem é realmente ideológico. O que temos visto, desde pelo menos os debates da BNCC a partir de 2014, é uma progressiva substituição da linguagem da educação por uma linguagem que só fala dela em termos de “aprendizagem”. A BNCC, por exemplo, se afirma como a realização do direito de aprender no Brasil. Embora essa seja uma formulação bonita, não existe definição jurídica para “direitos de aprendizagem”, apenas

para o direito à educação. De tal sorte que este termo bonito foi totalmente abraçado pelas agendas empresariais. O deslocamento da linguagem da educação (um projeto coletivo) para a linguagem da aprendizagem (centrada em aquisições individuais) é hoje, para mim, a manifestação mais clara do projeto ultraliberal para a educação, em que esta deixa, definitivamente, de ser um bem público para ser um símbolo de reconhecimento do esforço pessoal. É o Estado que tem o dever de garantir o direito à educação, mas quem é que garante o direito à aprendizagem? Os profissionais da educação, obviamente.

**EC – Sobre a parte do livro que é intitulada *A barbárie total*, você fala do projeto de arruinar a escola a partir de dentro e deixa subentendido que isso começou antes da eleição de Bolsonaro. Esse projeto sempre existiu? Quando iniciou e quais foram os motivos?**

**Cássio** – Este é um debate longo, e só quem o estuda a fundo tem condições de fazer grandes exposições de motivos. Eu não sou capaz de dizer, por exemplo, quando isso se iniciou. Acho que é o mesmo caso das análises que atribuem todas as tragédias nacionais a junho de 2013. Certos fenômenos são sobredeterminados e precisam ser tratados com a devida complexidade. Quem trabalha em escola sabe que famílias (e professores) conservadoras sempre existiram, que pessoas sempre se escandalizaram com educação sexual nas escolas, que o racismo religioso sempre esteve lá, que a violência sempre marcou as experiências escolares das pessoas LGBT, etc. Tudo isso sempre foi muito natural nas escolas.

É quando essas coisas começam a deixar de ser naturais, a serem vistas com desconfiança e repúdio, que a escola começa a ser disputada por dentro. O “quando” importa menos do que o “porquê”. Os motivos? Os movimentos identitários, a internet, as políticas afirmativas, tudo junto e misturado com mais um monte de coisas.

**EC – Um exemplo?**

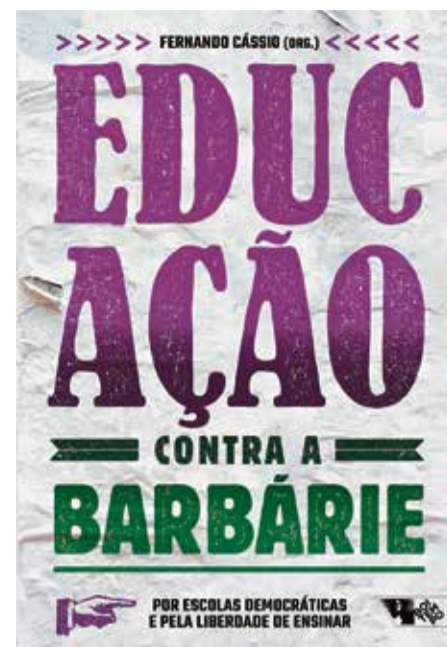
**Cássio** – Olha, fiquei muito im-

pressionado com uma discussão no Facebook do Centro Acadêmico do Instituto de Química da USP, no ano passado, durante o período eleitoral. Se me lembro bem, era sobre uma manifestação em repúdio aos apoletas da tortura e ao negacionismo histórico da ditadura militar no Brasil, no contexto das passeatas do #EleNão. Uma pessoa da minha época estava sendo duramente criticada nos comentários por afirmar que, na época da ditadura, apanhava quem “fazia coisa errada”. Ela referia-se, entre outras coisas, a Ana Rosa Kucinski, jovem professora do IQ-USP desaparecida e assassinada pelo regime militar. Esse é o tipo de comentário que, em 2002, quando entrei na graduação naquele mesmo IQ-USP, não causaria grande alvoroço. O Brasil continua racista, desigual e violento, mas algumas poucas coisas realmente mudaram nos últimos 15 anos. É contra isso que o reacionário se levanta.

**EC – Os ministros da Educação de Bolsonaro seriam exemplos de barbarização da educação ou de ridicularização?**

**Cássio** – A ridicularização, nesse caso, é a própria barbarização. Ao mesmo tempo em que dizia coisas ridículas, Ricardo Vélez Rodríguez tentou tirar proveito político do assassinio ocorrido na Escola Estadual Raul Brasil (Suzano/SP), em março deste ano, para seu projeto de ampliar o número de escolas públicas militarizadas no Brasil. Explorar a tragédia, a dor das pessoas e a perplexidade pública para aprofundar um projeto educacional escancaradamente autoritário não é algo que se possa chamar de ridículo. Abraham Weintraub, enquanto dança com um guarda-chuva e se comporta como um comediante frustrado de esquetes bobocas, não tem o mínimo acanhamento de incitar a perseguição a professores nas escolas e de se colocar como cruzado de uma guerra contra a universidade pública brasileira, que produz 95% de toda a pesquisa científica brasileira. Para rir disso, só se for de nervoso.

**EC – Como combater esse projeto, que, no final das contas, seria**



**Se analisarmos com alguma honestidade os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, que relacionam os rankings de desempenho do Pisa e o gasto por aluno nos países, chegaremos à conclusão de que estamos fazendo uma excelente gestão da miséria na educação brasileira**

**uma síntese de barbarização da educação?**

**Cássio** – Para a ordem do dia das lutas educacionais no Brasil, o que precisamos fazer é não simplificar demasiadamente a realidade. Ou, pelo menos, precisamos ser mais eficazes do que a direita em simplificar a realidade em favor de um projeto educacional que possa ser facilmente reconhecido como alternativo às soluções ultraliberais e ao obscurantismo ultraracionário. É evidente que precisamos denunciar os abusos e expor as ameaças à educação, disputar a opinião pública. Mas, para mim, a trincheira mais importante das lutas educacionais ainda é a escola. Não há melhor forma de combater o discurso dogmático da Escola sem Partido do que ensinar meninas e meninos a pensar por si mesmos.

ENTREVISTA

## 'Se eu perder a utopia, eu perco a vida', diz Maria Salete van der Poel

Natural de Campina Grande, Paraíba, ela foi presa 17 vezes durante a ditadura militar, estudou e trabalhou com Paulo Freire, de quem foi amiga até sua morte, em 1997. Pioneira da educação carcerária no Brasil, professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba, ela esteve em maio na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), onde ministrou uma aula sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em contextos de privação de liberdade. Na mesma oportunidade, lançou seu livro *Vidas Aprisionadas* (Oikos Editora, 2018), no qual relata sua prática educativa com presidiários. Com uma vida dedicada à educação de camponeses, operários, domésticas, prostitutas, meninos de rua, internos em manicômios e presídios, aos 82 anos Maria Salete tem uma memória de fazer inveja a muitos jovens. Cofundadora e participante ativa até hoje da Rede de Letramento de Jovens e Adultos da Paraíba (Releja), a educadora recebeu o *Extra Classe* para uma entrevista exclusiva, quando ela relembrou o início de sua carreira docente e sua atuação nos movimentos sociais, da relação com Paulo Freire, de suas prisões e perseguições políticas, das vezes em que foi impedida pelos militares de realizar concursos públicos e de assumir as vagas mesmo quando aprovada em primeiro lugar, além da briga judicial para poder defender sua dissertação de Mestrado, proibida por ser considerada subversiva. Leia a entrevista em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).

Foto: Cristiano Goldschmidt



### GABRIEL GRABOWSKI

## Cinco anos de descumprimento do PNE

Pouco foi realizado e o risco de novamente a maioria das metas não ser atingida, como ocorreu com o PNE 2001-2011, é muito provável. Grabowski também destaca, em seu artigo mensal para o site do *Extra Classe*, a redução no orçamento da União para a educação. De 2014 a 2018, o orçamento do MEC teve uma queda (desinvestimento) de R\$ 117 bilhões para R\$ 103 bilhões. E a rubrica específica de investimentos que seria para ampliar a qualidade e o acesso à educação básica e superior teve um decréscimo de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões, e a projeção para este ano na peça orçamentária é de uma queda maior ainda, ou seja, o investimento baixaria para R\$ 4,2 bilhões. Quando se soma essa redução dos investimentos com a PEC 95 – do teto dos gastos e o anúncio de cortes no orçamento do MEC e no Ministério de Ciência e Tecnologia (redução de 42% do orçamento em 2019), o PNE vigente está ameaçado, comprometido e inviabilizado na grande maioria de suas metas. Leia a íntegra em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).

### CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA

## Insurreições da velhice feminista

Há evidências de que a velha insígnia feminista – “nosso corpo nos pertence” – se atualiza em nossos dias no acolhimento de uma corporalidade senil, que permite evidenciar as marcas do tempo, como, por exemplo, as rugas e os cabelos brancos. Uma velhice sem Photoshop, escreve a psicóloga Carmen Silveira de Oliveira, em seu artigo mensal para o site do jornal *Extra Classe*. Assim, para ela, seria um equívoco analisar tais gestos das mulheres idosas como desistência de serem vistas como objetos de desejo, uma vez que muitas não se sentem fora do circuito de sedução. Tais comportamentos sugerem, antes de tudo, uma certa emancipação dos imperativos juvenis, sinalizando que a velhice pode trazer às feministas uma posição privilegiada para problematizar outras expectativas sociais. Para a ativista francesa Thérèse Clerc, a velhice é um momento propício para desafiar a organização social e seus binarismos, tais como autonomia/dependência. Leia a íntegra em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).

Direitos, convênios e principais serviços do Sinpro/RS

# Vai no App que têm!

Baixe o aplicativo do Sinpro/RS. É rápido, prático e cheio de vantagens.



Foto: Diana Davies / Gay Liberation Front marches on Times Square, New York, 1970 / Courtesy of New York Public Library

Stonewall é resultado de um processo histórico, explica Célio Golin, coordenador do *nuances* Grupo pela Livre Expressão, criado em 1991 - o primeiro no Rio Grande do Sul a viabilizar a luta pelo respeito à diversidade. "Em 1910, já havia pessoas discutindo essa pauta na Europa. Após a Segunda Guerra Mundial, esse movimento foi retomado, inclusive nos Estados Unidos, como reflexo do Holocausto", conta. Na Nova York de 1969 era proibido ter bares e boates LGBTQ+. As pessoas não podiam usar roupas que não fossem do seu gênero correspondente. A comunidade LGBTQ+ percebeu a necessidade de sair dos guetos e ir para as ruas. Eram tempos de revolução e de busca de direitos: de estudantes, em maio de 1968, das mulheres, da população negra.

No Brasil, o processo foi mais lento. "Até 1980, a população LGBTQ+ era associada a doenças", diz Golin. A Aids impactou diretamente os gays e tirou muita gente do armário. Veio a Constituição de 1988, e decisões judiciais firmaram conquistas. O respeito à diversidade passou a ser discutido não mais sob o enfoque da patologia, mas da cidadania. Os grupos ocuparam espaços políticos e ampliaram a representatividade, inclusive na mídia. As Paradas de Orgulho LGBTQ+, frutos de Stonewall, cresceram, e os donos do capital perceberam aí um filão de mercado. As notícias sobre a Parada LGBTQ+ que levou às ruas de São Paulo em 23 de junho deste ano milhões de pessoas, por exemplo, enfatizaram a presença de turistas com poder aquisitivo que lotaram hotéis e trouxeram dinheiro ao comércio. "A conquista de cidadania atingiu gays e lésbicas da classe média pela ideia do consumo", assegura Golin. "Mas, nas periferias, as bichas continuam marginalizadas e as travestis, apesar de se organizarem politicamente, ainda são as mais vulnerabilizadas".

Uma das prioridades do coletivo de entidades LGBTQ+/RS, encarregado da Parada Livre de Porto Alegre, que acontece no final do ano, é ampliar a parceria com as periferias onde já existe um movimento muito forte de resistência associado à luta contra racismo e misoginia. Em 2019, a Parada Livre pretende apoiar um evento LGBTQ+ da Lomba do Pinheiro e a Parada da Vila Conceição. Também quer promover atividades culturais, feiras e bailes envolvendo um festival de slam (poesia falada) de LGBTQ+.

# 50 anos de Stonewall e o início de uma revolução de costumes

por Clarinha Glock

*Em 28 de junho de 1969, a comunidade LGBTQ+ de Nova York, Estados Unidos, decidiu enfrentar a polícia que, sistematicamente, fazia batidas nos bares para expulsar gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans e quem mais não estivesse enquadrado no comportamento considerado "normal". O embate aconteceu na frente do bar Stonewall Inn, em Greenwich Village. A data se tornou um marco na luta contra a discriminação e pelos direitos da população LGBTQ+. Lembrar os 50 anos de Stonewall é ainda mais significativo diante dos retrocessos de políticas públicas e da incitação do ódio por parte de governantes*



# Criminalização da LGBTfobia representa um avanço, mas não basta

O discurso de ódio, que cresceu, sobretudo, depois da eleição presidencial em 2018, acendeu uma luz de alerta. Ao divulgarem notícias falsas como o “kit gay” e a “mamadeira de piroca”, os setores da extrema-direita ressuscitaram o moralismo e o imaginário social. Por outro lado, em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, a LGBTfobia, seja considerada crime com punição pela Lei 7716/89 (Lei do Racismo).

Célio Golin avalia que a decisão do STF representa um empoderamento frente a setores conservadores, mas não basta. É preciso assegurar a presença do Estado e as políticas sociais, salienta, porque reformas como a trabalhista e ameaças de cortes no SUS também irão atingir a população LGBT+. Um desafio é, por-

tanto, vigiar os direitos conquistados para evitar retrocessos, concorda Isidoro Rezes, especialista em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, integrante do Fórum LGBT+/RS e um dos fundadores da ONG Outra Visão. “Quando todo mundo entender que essa é uma luta de todas e todos, mais avanços virão”, afirma. Rezes e seu marido, Ricardo Pecin Couto, já falecido, foram o primeiro casal a obter na Justiça o reconhecimento de união estável homossexual em 2001, 10 anos antes da decisão do STF que validou a união homoafetiva. A luta dos dois começou em 1995, quando foram ao Judiciário demandar que Rezes fosse incluído no plano de saúde do companheiro.

Portanto, não é suficiente ter a legislação: “Os movimentos têm que tensionar para fazer cumprir as leis, e é muito importante ter políticas públicas específicas para a população LGBT+”,

ressalta a psicóloga Teresa Cristina Bruel dos Santos, integrante do Coletivo Feminino Plural, que defende os direitos de mulheres e meninas, e membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos. “Se uma mulher fez a cirurgia de transexualização, vai ser atendida por uma ginecologista ou por um urologista?”, questiona. Mas Cristina sugere que não se pode esperar apenas pelo Estado: as pessoas também devem lutar cotidianamente para mudar essa realidade na micropolítica, ou seja, nos espaços mais restritos da família, da sala de aula, e nas demais relações interpessoais.

No dia 28 de junho, a Secretaria de Saúde de Porto Alegre anunciou o lançamento da Política Municipal de Saúde Integral LGBT+, que deverá ampliar o projeto Transdiálogos, desenvolvido desde 2017, e qualificar o atendimento dessa população.

## População trans é ainda mais vulnerável

O Brasil é o país em que mais matam pessoas LGBT+ no mundo. “As políticas públicas estão aquém do necessário. É preciso uma retomada de ações para que a revolta que começou em 1969 possa dar um alento pra gente”, afirma Keila Simpson, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e coordenadora do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia. “Resistir nesses 50 anos, vindo de onde se veio, com o reconhecimento da

sociedade e parcerias, isso é positivo”, diz.

A assistente social Lins Robalo, coordenadora do Movimento Social Organizado LGBT+ Girassol Amigos na Diversidade, existente há 12 anos em São Borja (RS), acrescenta: as pessoas trans precisam de mais espaços de qualificação profissional. As identidades sexuais e sociais ainda são muito fragilizadas, e essa fragilidade impede a empregabilidade, e que essas pessoas prossigam nos estudos.

Através de parcerias com universidades e poder público, o Movimento Girassol tem conseguido fomentar a cultura e ampliar o atendimento de saúde para a população LGBT+. Sua história está registrada no livro *Diversidade de Gênero: Vozes e Identidades que falam sobre as construções LGBT+ na fronteira*, que está sendo lançado neste ano.

No segundo semestre de 2019, o Girassol deverá abrir o primeiro Ambulatório de Atenção Integral LGBT+ da região com financiamento do Fundo Positivo e da gestão pública. Serão atendidas ali demandas de saúde respeitando as particularidades das diversidades, com serviço de endocrinologia, assistência social, psicologia.

“A gente trabalha com a qualificação de lideranças jovens e na perspectiva de Redução de Danos, com prevenção de HIV/Aids, Hepatites Virais e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis, do uso de álcool e outras drogas. Está tudo interligado”, informa Lins. Com esse trabalho, ela percebe que a juventude tem encontrado um novo sentido de identidade e pertencimento.

Lins é uma mulher trans negra e de periferia. “Gosto de marcar de onde emerge a minha fala. Tive uma família que me protegeu. Tenho duas especializações, um Mestrado, sou servidora pública concursada, e isso me diferencia nesse contexto”, orgulha-se. Para Lins, a proteção da família e o acesso à educação fizeram com que emergissem suas potencialidades: “A educação realmente salva as pessoas. Eu também sofri preconceito na escola, mas tive pessoas que me conduziram para onde estou hoje”.

Foto: Igor Sperotto



Da esquerda para a direita: Lins Robalo, Teresa Cristina Bruel dos Santos, Isidoro Rezes e Célio Golin, no cenário que reproduz o bar Stonewall Inn na exposição “Stonewall ao Nuanças: 50 anos de Ação”, no Memorial do Rio Grande do Sul



Foto: reprodução YouTube

# Drogas, internação compulsória e uma epidemia que dá lucro

por Flávio Ilha

*Há uma relação estreita entre a sanção presidencial da lei de internação compulsória de usuários de drogas, no início de junho, e o crescente empoderamento das Comunidades Terapêuticas no governo Bolsonaro – que passaram, com a lei federal, a fazer parte do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas*

Frequentemente vinculadas a igrejas neopentecostais, base importante de apoio do presidente Jair Bolsonaro, esses centros, a partir de agora, receberão mais recursos da União e devem ser valorizados politicamente com a sanção da lei, que prescinde da concordância do usuário para a realização de um tratamento radical que pode, se-

gundo especialistas ouvidos pela reportagem do *Extra Classe*, ter sérias consequências para os internos, principalmente porque tem a religião como base de sua terapia.

A conta é simples, como sugere o próprio diretor-presidente da Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas (Febract), Pablo Kurlander: a partir de agora, as Comunidades Terapêuticas

(CTs) surgem como substitutos naturais dos hospitais ou dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), que não têm leitos psiquiátricos suficientes para atender à demanda que irá se criar com a possibilidade de internação compulsória. Irão se transformar, claro, em um ótimo negócio em termos financeiros.

“Uma Comunidade Terapêuti-

ca precisa oferecer, entre outras coisas, acolhimento apenas voluntário, garantia de direitos básicos, como liberdade religiosa e acesso ao mundo externo, acompanhamento individual, atendimento multidisciplinar, ligação com a rede pública de saúde e fiscalização frequente. Se não respeitar esses paradigmas, não pode funcionar”, adverte.

## Uso político das drogas

Mas os primeiros passos já foram dados. Antes da sanção da lei, em março, o governo recém-empossado havia assinado contratos com 216 comunidades terapêuticas, sem nenhum tipo de licitação, as quais ampliaram em 65% o número de vagas custeadas pela União – um acréscimo de R\$ 60 milhões por ano ao orçamento das CTs. Com isso, o universo de vagas geridas por essas comunidades passou para 10.883. Porém, o governo acena com a possibilidade de dobrar esse número até o final do próximo ano.

Na época, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, responsável pela política de drogas do governo e autor do projeto que deu origem

à lei da internação compulsória, disse que as comunidades “são decisivas” para enfrentar o que chama de “epidemia de drogas”, embora uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), engavetada pelo próprio ministro, tenha provado exatamente o contrário.

Terra foi além no seu diagnóstico: “Estamos há muito tempo sem uma política de drogas efetiva no Brasil, vendo experiências sendo feitas com métodos de tratamento que não funcionam. As comunidades terapêuticas, por exemplo, eram impedidas de trabalhar porque o pessoal dos direitos humanos as tratava como os novos manicômios, o que elas não são”, protestou o ministro.



Os ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e da Cidadania, Osmar Terra, durante a abertura do Seminário Intersetorial de Prevenção, Conscientização e Combate às Drogas em junho. Ambos encabeçam a política do governo que prioriza instituições religiosas em detrimento do sistema público de saúde

## Maus-tratos e trabalhos forçados

Reduto eleitoral de Terra, o Rio Grande do Sul é o terceiro estado no país em número absoluto de CTs, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. Em proporção à sua população, é o recordista – são 234 unidades para 11,3 milhões de habitantes ou uma para cada grupo de 50 mil pessoas. Em São Paulo, a proporção é de uma para 100 mil habitantes, enquanto em Minas Gerais a densidade vai a uma CT para cada grupo de 75 mil.

A referência do ministro é em relação à política de redução de danos que dominou as gestões anteriores, em que a prioridade é o tratamento domiciliar, junto à família, e com uma diminuição progressiva do consumo, sem que o usuário precise enfrentar as privações de uma abstinência, por exemplo. O foco do governo Bolsonaro, ao contrário, é punitivo.

Em todo o Brasil, o Ministério da Saúde estima que haja entre 1.800 e 2.000 CTs funcionando sem fiscalização e que atendem a cerca de 80 mil usuários. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) transferiu a atribuição de fiscalizar as atividades das CTs aos órgãos estaduais, mas, sem dinheiro, os estados simplesmente não têm pessoal para acompanhar as instituições – geralmente sediadas em fazendas ou chácaras bem distantes dos centros urbanos.

Inspecções feitas em 2017 pelo Ministério Público Federal, Conselho Federal de Psicologia e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura em Comunidades Terapêuticas revelaram uma série de violações aos direitos humanos, camufladas como ações de tratamento do paciente.

A coleta de informações envolveu avaliação dos espaços físicos, entrevistas com usuários, direção e equipes de trabalho, além da análise de documentos das instituições – voltadas especialmente à internação de usuários de drogas.

Entre as violações apontadas no relatório, estão práticas de trabalho forçado e de situações análogas à escravidão disfarçadas de laborterapia – ou seja, a cura por meio do trabalho. Em alguns casos, assinalou o relatório, a laborterapia foi utilizada como ferramenta de disciplina e de correção moral – o que é condenado pelos princípios da reforma psiquiátrica estabelecida no Brasil pela Lei nº 10.216/2001. A mão de obra de internos costuma ser usada para serviços de limpeza, preparação de alimentos, manu-

tenção, vigilância e, em alguns casos, até mesmo no controle e aplicação de medicamentos a outros internos.

Foram encontrados, também, casos de cárcere privado, punições e indícios de tortura em 16 dos locais inspecionados, do total de 28 que fizeram parte da amostra, nas cinco regiões do país – nenhuma delas no Rio Grande do Sul. Entre as sanções, havia desde a obrigatoriedade de execução de tarefas repetitivas à perda de refeições e violência física.

As situações de cárcere privado apontadas no documento foram observadas a partir das dificuldades de acesso dos internos ao ambiente externo – seja pelo afastamento de centros urbanos e de serviços públicos, ou por barreiras impostas no contato com a família.

## Relatório do Conselho Federal de Psicologia mostra irregularidades

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou em 2018 o relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, uma parceria com o MNPCT (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) e a PFDC/MPF (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal), feito a partir de visitas em 28 Comunidades Terapêuticas e que denuncia viola-

ções aos direitos humanos.

O relatório mostra que todos os locais visitados apresentavam privação de liberdade, uso de trabalhos forçados e sem remuneração, violação à liberdade religiosa e à diversidade sexual, internação irregular de adolescentes e uso de castigos. De acordo com o documento, tais violações podem ser caracterizadas como torturas e são vedadas em leis específicas.



Fotos extraídas do relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas/CFP

## Precariedade e falta de condições nas CTs gaúchas

O último levantamento no estado, de 2013, indicava que pelo menos dois terços das comunidades terapêuticas não tinham condições técnicas de funcionar e que deveriam ser fechadas. Com 6.995 vagas, a maioria possui condições precárias, tanto em relação à infraestrutura quanto ao tratamento psicoterápico. De acordo com a seção sul da Febract, há registros de maus-tratos nos estabelecimentos. Apenas 34 delas estão regularmente cadastradas na Federação.

“Muitas só têm o terapêutica no nome. São comunidades mantidas por pessoas sem preparo para lidar com o problema e sem qualificação para tratar essas pessoas. Não basta apenas ter boa vontade, porque, muitas vezes, prejudica mais do que ajuda os dependentes”, diz o delegado da Febract-Sul, Ricardo Valente. Quase metade das comunidades que atuam no estado (47%)

é de orientação evangélica; outras 26% se dizem católicas, e apenas uma em cada quatro se declara sem denominação religiosa.

Na Fazenda Revive, na Região Metropolitana de Porto Alegre, uma das comunidades cadastradas pelo Ministério da Saúde, a orientação é evangélica. A comunidade é vinculada à Igreja Adventista do Sétimo Dia — mais da metade dos recursos vêm da congregação — e estabelece uma privação severa aos dependentes. Não há, por exemplo, consumo de carne ou de chimarrão entre os 25 internos, produtos considerados “estimulantes” e, portanto, incompatíveis com o tratamento de privação que as comunidades impõem a seus internos.

Também não há psicólogo para atender os pacientes. Uma psiquiatra visita a comunidade uma vez por semana para prescrever medi-

cação. A comunidade tem sessões diárias de “espiritualidade”, nas quais os internos rezam, discutem a Bíblia ou assistem a DVDs com mensagens religiosas. As sessões chegam a ocupar até seis horas do dia, também dividido entre tarefas domésticas e trabalho no campo. Na biblioteca da Fazenda Revive, há só literatura evangélica.

“Tem gente que chega aqui até sem a roupa do corpo. Aos poucos, vão aprendendo a gostar”, garante o gerente José Amaral da Rosa, de 52 anos, ele mesmo ex-interno da instituição. Amaral não tem formação, no entanto obteve o posto de administrador por controlar como poucos a disciplina do local. O gerente diz que já foi ameaçado de morte com faca, foice e tijolo, mas que consegue controlar o grupo. Segundo ele, as crises de abstinência provocam seguidamente brigas entre os internos, às vezes violentas.

O código de comportamento, por isso mesmo, é rigoroso, conforme ele: música, só gospel. Chocolates e refrigerantes também são proibidos entre os internos, que têm à sua disposição oito computadores apenas para as aulas de religião, sem acesso à internet. Visitas, só uma vez por mês — se o interno tiver bom comportamento. Os alojamentos são trancados à noite, porém o gerente garante que os dependentes podem sair a hora que quiserem — embora não haja para onde ir, já que o local é de difícil acesso. “Não é uma prisão”, assegura.

O gerente, além disso, é quem decide quem deve ser punido ou não por “mau comportamento”, com “castigos” que incluem uma semana lavando louça, corte da sinuca e da TV e perda da visita mensal. Nos casos mais extremos, há isolamento do infrator.

## R\$ 297 mi/ano para comunidades terapêuticas e apenas R\$ 4,2 mi para o sistema público

Se a meta de dobrar as vagas nas CTs financiadas pela União se concretizar, os cofres dessas comunidades passarão a receber R\$ 297,8 milhões anuais para a atividade terapêutica — ou seja, poder econômico além do poder político.

A fatura é surpreendente, sobretudo, se comparada com os investimentos nos CAPSad, coordenados pelo Ministério da Saúde. Em todo o Brasil, existem 331 unidades desse tipo, número igual ao de três anos atrás. O gasto com o atendimento ambulatorial em 2018 com os Centros de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas foi de R\$ 4,2 milhões.

O investimento já foi muito menor. Em 2017, o gasto com atendimento ambulatorial foi de apenas R\$ 1 milhão. Leitos para atendimento de pacientes, disponíveis tanto em hospitais gerais quanto psiquiátricos, somam 17,9 mil. Na prática, a transferência de recursos para as Comunidades Terapêuticas é mais de dez vezes maior que para a rede pública de atendimento.

Especialistas condenam a nova política de drogas porque não há nenhum estudo que mostre que as Comunidades Terapêuticas são eficientes. Pelo contrário. Além disso, nenhuma comparação sobre os custos de cada uma das es-

tratégias — internação compulsória ou tratamento junto à família, a chamada redução de danos.


Responsável por um dos mais completos levantamentos sobre as CTs já realizado no país, em 2018, a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Maria Paula Gomes dos Santos afirma que 70% dos pacientes têm recaídas no tratamento até um ano depois da alta.

“Ao perceberem usuários de drogas como pessoas doentes, imorais e delinquentes, as CTs consideram imperativo não só colocá-los em abstinência, mas reeducá-los para uma nova inserção

na vida social com base nos valores do trabalho, da disciplina, da família e da religião”, defende.

A diretora-executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck, diz, por sua vez, que a nova lei “adota uma abordagem punitiva e proibicionista”, ao invés de privilegiar medidas que “priorizem a redução de danos, o enfoque na saúde pública e nos direitos humanos”.


“Essa decisão abre espaço para violações de direitos, como práticas de tortura, privação de liberdade e tratamentos cruéis, sem consentimento dos pacientes”, afirma em comunicado remetido ao *Extra Classe*.



### Acolhimento, sigilo e atitude.

### Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# Receita para tornar o país um pária internacional

*A mistura de ignorância, obscurantismo, boçalidade e grotesco desafia a própria linguagem para definir Bolsonaro e seu séquito*



Foto: Alan Santos/PR

Jair Bolsonaro passeia pela cidade de Osaka, no Japão

Brasil, representado na figura de seu mandatário máximo, progressivamente, vai se tornando um pária na comunidade internacional de nações. E isso ocorre com a cumplicidade e protagonismo de uma casta de juízes, generais e outros altos oficiais das Forças Armadas, procuradores, banqueiros, industriais, empresários do comércio, do setor de serviços e do agronegócio. O alerta não parte de opositores internos ao governo Bolsonaro, mas de lideranças de alguns dos principais países do planeta, vários deles de perfil conservador. A mistura de ignorância, obscurantismo, boçalidade e grotesco desafia a própria linguagem para definir Bolsonaro e seu séquito. O que poderia parecer um exagero de linguagem e de adjetivação vai se confirmando, e se superando, a cada semana. A recente visita do presidente brasileiro ao Japão para a reunião do G20, grupo que reúne as principais economias do mundo, forneceu novas e gritantes evidências de como um país pode ser destruído por sua própria "elite".

No dia 26 de junho, a chanceler alemã, Angela Merkel, disse, durante sessão no Parlamento em Berlim, que via "com grande

preocupação" a situação no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro. Ela descreveu essa situação como "dramática". "Eu vejo com grande preocupação a questão da atuação do novo presidente brasileiro", afirmou Merkel, observando que pretendia ter uma "conversa direta" com Bolsonaro durante o encontro do G20, no Japão, sobre violações a direitos humanos e ao meio ambiente que estão acontecendo no Brasil. A fala de Merkel foi em resposta a um questionamento feito pela deputada Anja Hajduk, do Partido Verde, sobre a conveniência de a Alemanha seguir nas negociações de livre comércio entre União Europeia e Mercosul, considerando as crescentes violações de direitos que estão ocorrendo no Brasil.

Questionado sobre as palavras de Merkel, durante a viagem ao Japão, Bolsonaro ficou irritado, respondeu que a Alemanha "tinha muito a aprender com o Brasil", bateu boca com jornalistas e abandonou a entrevista que concedia à imprensa. Bolsonaro não explicitou quais seriam as lições que o Brasil tem a dar à Alemanha. Na chegada ao Japão, excluído das tradicionais reuniões preparatórias que ocorrem antes dos encontros do

G20, foi passear com assessores e comer um churrasco em Osaka.

No dia 27 de junho, foi a vez de o presidente da França, Emmanuel Macron, mandar um recado a Bolsonaro. Macron disse que não assinaria nenhum acordo comercial com o Brasil se o presidente brasileiro retirar o país do acordo climático de Paris. Essa decisão, acrescentou, poderia afetar também as negociações comerciais entre União Europeia e Mercosul. Antes de iniciar a reunião do G20, o presidente francês comentou a jornalistas: "Se o Brasil deixar o Acordo de Paris, no que nos diz respeito, não poderemos assinar um acordo comercial com eles. Por uma simples razão: estamos pedindo aos nossos agricultores que parem de usar pesticidas, estamos pedindo a nossas empresas que produzam menos carbono, que tenha um custo de competitividade".

Após as declarações de Macron, o Itamaraty e a Presidência da República chegaram a informar que uma reunião bilateral de Bolsonaro com o presidente francês havia sido cancelada. Assessores de Macron, porém, disseram que não havia nenhuma reunião bilateral marcada entre os dois. Cerca de quatro horas após o

governo brasileiro ter anunciado o cancelamento, Bolsonaro e Macron tiveram uma conversa informal de alguns minutos.

No mesmo dia, a imagem do Brasil vivia outro "constrangimento", para usar uma palavra amena, desta vez na Organização das Nações Unidas. A diplomacia brasileira, seguindo orientação do governo Bolsonaro, anunciou que era contrário à presença do termo "gênero" nas resoluções da organização. A proposta do governo brasileiro teve apoio da Arábia Saudita e foi rechaçada por representantes de países como Noruega, França, Finlândia, Dinamarca e Suíça, que também participavam da reunião.

Tudo isso ocorreu em meio ao escândalo da prisão de um militar brasileiro, que integrava a comitiva de Bolsonaro, com 39 kg de cocaína, na Espanha. "Podia não ter acontecido, né? Falta de sorte ter acontecido justamente na hora de um evento mundial", lamentou o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que se eximiu de qualquer responsabilidade sobre o comportamento do integrante da comitiva presidencial. E assim segue o Brasil, dando lições ao mundo. Podia não ter acontecido, né?

# O rastro de miséria da mineração no RS

---

por Gilson Camargo  
fotografia Igor Sperotto

*Ao invés de desenvolver a economia dos municípios e gerar empregos, a indústria mineradora, ao longo dos anos, tem deixado um rastro de devastação, miséria, doenças, abandono e dependência econômica por onde passa. Mapeado por grandes conglomerados do setor que atuam em parceria com o poder público para a implantação de um ambicioso Polo Carboquímico, o cobiçado território gaúcho é alvo de, ao menos, 166 novas plantas de mineração, entre as quais desponta o projeto da Mina Guaíba, de extração de carvão mineral, que a empresa Copelmi pretende abrir entre as cidades de Eldorado do Sul e Charqueadas. Apesar do potencial de destruição da atividade, um lobby montado pela mineradora já convenceu deputados estaduais, prefeitos, empresários, sindicalistas e boa parte da população que a mina será a salvação da economia da região carbonífera*





**O** começo e o final de tardes são de pânico para quem mora na Vila São José, na periferia de Butiá. O conglomerado de casebres que concentra mais de 5 mil pessoas, grande parte desempregados, viúvas, filhos e netos de mineiros, vivendo na extrema pobreza, está no entorno da mina de carvão B3. Na região, tudo recende a pó de carvão, da estradinha de chão batido ao interior das casas. Os estragos da mineração se estendem à zona rural, onde a plantação de hortaliças minguava na terra exaurida pelo enxofre e calcinada pelo pó negro que contamina o ar e a água.

Essa é uma das duas cavas a céu aberto explorada pela empresa Copelmi no município e está em vias de exaustão. A maior mineradora privada de carvão do país, que detém 80% do mercado industrial e 18% da extração de carvão mineral, já anunciou que irá fechar essa mina nos próximos meses. Até lá, o maquinário e os caminhões que transportam o mineral desde o fundo da mina trabalham sem parar.

“De madrugada é um barulho insuportável, além do mau cheiro e dos alagamentos produzidos pela mineração, que não deixam ninguém dormir. De dia, são as detonações”, reclama Ângela da Silveira, 39 anos. Ela conta que vive desde pequena na casa de madeira, com a mata nativa do outro lado da estradinha. Agora, a morada está danificada, não há telha que resista ao tremor que se segue às detonações, a madeira apodrece por causa da umidade. A vegetação nativa foi soterrada pelas re-

troescavadeiras. “De madrugada, a água brota do buraco da mina e invade as casas.” O pai, Roni Ramos, morreu de derrame em 2007, depois de décadas trabalhando na mina e de uma aposentadoria que encolheu de dez para um salário mínimo com o passar dos anos. “O processo revisional da pensão sumiu do Fórum de São Jerônimo e, no lugar, colocaram uma pasta vazia, identificada como Arquivo 16”, relata Ângela.

Na vizinhança, as rachaduras nas paredes das casas vão aumentando a cada explosão que acontece na mina. Uma estrada de chão separa as propriedades da escavação. As detonações de dinamite que arrancam blocos de carvão das profundezas da cava têm hora para acontecer, entre meio-dia e 13h e entre 17h30min e 18h30min, mas, mesmo para quem já devia ter se acostumado depois de mais de uma década de funcionamento da mina, o sobresalto é inevitável. A terra treme e são comuns blocos de carvão que vão parar dentro dos pátios.

“Durmo aqui em pânico, porque a casa estala a noite toda. Parece que a qualquer momento vai cair por cima da gente”, confidencia a aposentada Carolina Mendes, 87 anos. Viúva do mineiro Manuel Rodrigues, ela vive com um dos quatro filhos, o borracheiro João Manuel Mendes, 62. A casa de outro filho, na vizinhança, veio abaixo, mostra. “Vivo aqui há 42 anos, mas nos últimos dez tem sido esse suplício. A cada estrondo é uma parede que racha, o telhado que cede, vidros que se estilhaçam. Meus móveis não param mais em



Carolina: impacto das detonações danifica casas e tira o sono dos moradores

pé”, vai relatando, enquanto aponta as rachaduras e infiltrações das paredes da morada. “A gente não é contra a mineração, mas é muito estrago para quem vive de salário mínimo”, ressalva a aposentada, que diz ter ingressado com uma ação na Justiça em busca de ressarcimento diante da indiferença aos seus apelos aos representantes da mineradora. “A empresa age como se a gente é que devesse pra eles”, completa João Manuel.

Na vizinhança, cada morador tem um histórico de sustos e prejuízos para relatar. “As casas do Lídio, do Breno, do Luciano, do Roger, todas estão danificadas pelo impacto das detonações”, atesta Carolina.

A 26 quilômetros dali, em Arroio dos Ratos, outro polo da região carbonífera do estado, o quadro se repete no entorno da mina que leva o nome da cidade: as rachaduras nas paredes das casas se multiplicam a cada detonação.

Filho de mineiro, Cláudio Jobim Salat, 66 anos, o Leão, mostra as rachaduras nas paredes da sua casa e cobra providências dos engenheiros de uma empresa terceirizada pela Copelmi que foram vistoriar o imóvel: “Prometeram uma indenização, mas nunca mais voltaram”. Até o posto de saúde do município teve que ser interditado após uma viga vir abaixo depois que uma carga de dinamite foi acionada no fundo da mina.

Os relatos dos moradores são relativizados pela empresa, que desafia os atingidos a comprovar o nexo entre as explosões e os danos nas casas. “Temos laudos de todas as residências que já existiam no entorno antes da abertura das minas. Quando é comprovado o nexo dos danos com a mineração, a empresa arca com a reparação”, afirma o diretor de Sustentabilidade da Copelmi, Cristiano Weber.

## Mineradoras vendem vantagens e maquam desvantagens

O lobby das mineradoras atua no sentido de maquiar o potencial de destruição da indústria e mobilizar as comunidades dos municípios da região carbonífera, que já enxergam nesse novo ciclo de mineração a salvação da lavoura, devido à promessa de geração de empregos e desenvolvimento econômico local.

No auge da extração de carvão, que durou até meados dos anos 1990, a média de sindicalizados e em atividade nas minas subterrâneas de Butiá, Arroio dos Ratos, Charqueadas, e em outras localidades da região, oscilava em 8 mil trabalhadores. Com as minas a céu aberto, vieram a mecanização, o desemprego e a terceirização. Atualmente, menos de 2,7 mil mineiros são sindicaliza-

dos. Desses, 400 estão na ativa. As duas minas em atividade em Butiá empregam apenas 280 mineiros, mas metade deve ser dispensada, já que a mina B3, da Copelmi, encerrará as operações em janeiro de 2020.

O cenário é de desolação para uma das categorias que já teve o maior poder de mobilização no estado e cultua um passado de greves e conquistas históricas. Atualmente, o auditório do Sindicato dos Mineiros de Butiá e região, que lotava para as assembleias durante a “era de ouro do carvão”, é alugado para festas de aniversários e casamentos, uma das poucas fontes de renda da entidade. “Estamos muito otimistas com a abertura da Mina Guaíba que, ao todo, deve gerar até 13 mil em-

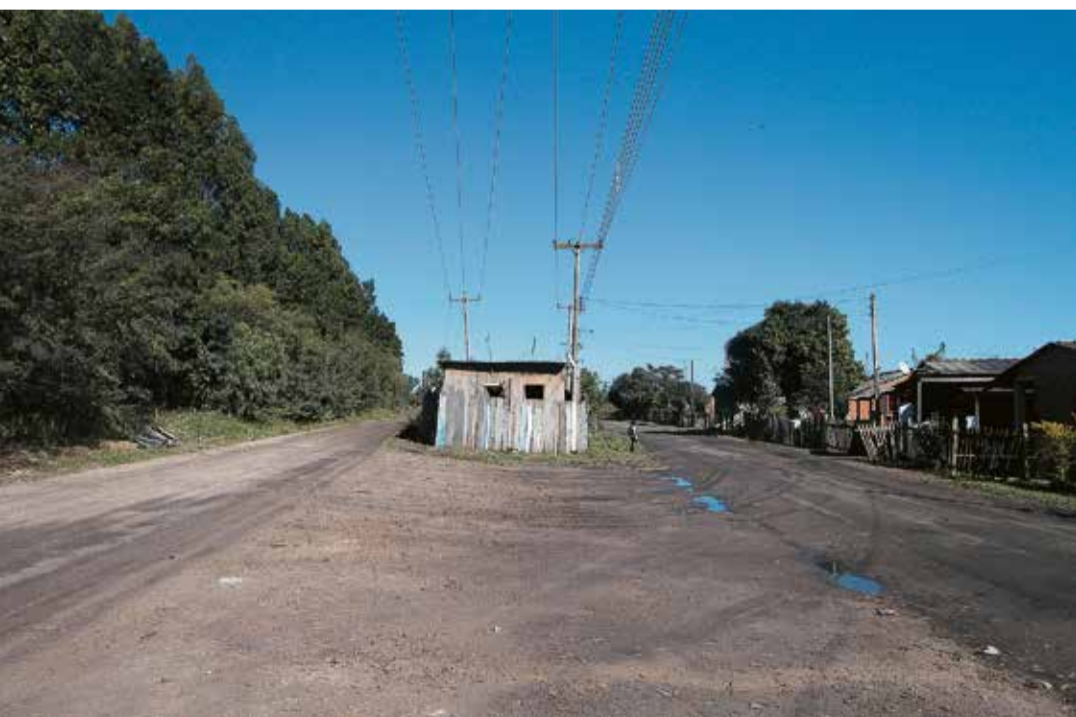
pregos. É a salvação da região”, aposta o presidente do Sindicato dos Mineiros, Oniro Camilo.

A história da mineração do carvão no RS, no entanto, mostra que essa indústria, por onde instala suas minas, só gera empobrecimento, desemprego, dependência econômica, destruição de biomas inteiros e muita, mas muita desigualdade econômica e social. Nos municípios da região carbonífera, são raros os prédios com mais de dois andares, pois os túneis escavados em forma de “espinha de peixe” pela mineração de subsolo inviabilizam a fixação de alicerces pela construção civil. Em 1990, uma greve por melhores condições de trabalho e reposição salarial se estendeu por 30 dias e resultou no fechamento da mina de Charqueadas – naquele ano, cinco mineiros morreram asfixiados em um incêndio no interior dos túneis. “Na época, a ordem era extrair o máximo de carvão dos túneis, retirando até 67% da jazida, o que tornava a atividade muito perigosa para os mineiros, provocava rachaduras nas casas na superfície e tornou inviável a mineração”, relata Paulo Assis Brandão, 66 anos, que trabalhou durante 44 anos como técnico de segurança do trabalho e integrou a equipe que fechou o local. “As escavações chegavam a 400 metros de profundidade e se estendem até 3,5 mil metros na direção de São Jerônimo”, explica. “Os túneis estão por toda a parte, por baixo da zona urbana”, afirma Camila Pizio, estagiária de Pedagogia que

recebe os visitantes no Museu do Carvão, em Arroio dos Ratos.

O professor Caio dos Santos, pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (Furg), lembra que desde 1792 se prospecta carvão no estado. “As primeiras extrações, feitas em parceria com capital estrangeiro, ocorreram na região de Butiá e Arroio dos Ratos”, situa. Segundo ele, os argumentos de geração de emprego e renda e desenvolvimento econômico usados pelas empresas de mineração nem sempre viram realidade depois que a mina começa a operar. “A Copelmi já faz isso na região, promete que o projeto da Mina Guaíba vai gerar 1.354 novos empregos diretos na fase de operação. A Rio Grande Mineração diz que vai gerar 300 empregos em São José do Norte; a Nexa, antiga Votorantim (que atua na extração de zinco), a Águia Fertilizantes (fosfato) dizem a mesma coisa. Também prometem os empregos indiretos, que nunca sabemos se foram gerados”, enumera.

Outra falácia: a geração de tributos e recuperação da economia que os projetos de mineração iriam proporcionar aos municípios. No exemplo da Mina Guaíba, a Copelmi promete dobrar a arrecadação de INSS de Eldorado do Sul, que atualmente é de R\$ 23 milhões. “Entre os municípios gaúchos que receberam o maior valor de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)



Famílias vivem em condições precárias no entorno da mina de carvão B3, em Butiá, que a Copelmi irá desativar em janeiro



em 2018, Butiá arrecadou R\$ 1,478 milhão; Arroio dos Ratos, R\$ 1,242 milhão, e Candiota, R\$ 1,335 milhão. Mas, para esses municípios, arrecadar o CFEM não os torna ricos ou desenvolvidos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Arroio dos Ratos, por exemplo, que é de 0,698, para uma população de 13,6 mil habitantes, é menor que o índice geral do Brasil. O

IDH de Butiá é de 0,689, ou seja, o município é o 357º no ranking do IDH no RS. Não é um município desenvolvido. E vamos lembrar que Butiá minera desde 1792”, contrapõe o pesquisador.

Mas não é só no RS ou no Brasil que a indústria mineradora produz fome e desigualdade e fica com toda a riqueza. O coordenador do Movimento pela Soberania

Popular na Mineração, Márcio Zonta, destaca que na África do Sul, minerada por mais de um século e que, atualmente, produz 90 milhões de toneladas de carvão por ano, o legado tem sido a pobreza econômica de seu povo, sobretudo os negros. “Com uma riqueza mineral vasta – incluindo grandes reservas mundiais de cromo, vanádio, manganês, carvão,

petróleo, ouro e diamante –, só em 2017, a mineração teve um valor total da indústria de US\$ 33,17 bilhões e representou cerca de 60% das exportações do país”, informa. No continente, 60% dos trabalhadores da mineração vivem em favelas e ganham menos de 600 dólares por mês – apenas 36% da renda produzida pelas mineradoras fica com os trabalhadores.

## Carvão perdeu a primazia como fonte de energia

O subsolo do Rio Grande do Sul concentra 90% das reservas de carvão mineral do país. Apesar de ser uma fonte de energia em desuso no mundo devido ao alto custo e aos impactos socioambientais que sua extração representa, o mineral é apresentado por aqui como expoente de uma “nova matriz produtiva”, festejada por empresários do setor e gestores públicos.

“O Plano Estadual de Mineração (PEM) considera ultrapassadas muitas matrizes produtivas do RS. Vê a mineração como a menina dos olhos, como a salvação para os nossos problemas. A mesma política que investiu nas monoculturas da soja, do eucalipto, acredita que agora é a vez da mineração. É o mesmo viés: usar exaustivamente os bens naturais, esgotar, exportar de forma bruta,

sem enriquecer as cadeias produtivas locais, e depois ir embora. Aliás, essas empresas são as mesmas, só mudam os nomes, de acordo com o produto que querem extrair. Fazem parte de grandes grupos transnacionais, de bancos de investimento voltados para territórios pobres e carentes, mas cheios de riquezas naturais”, alerta a advogada Ingrid Birnfeld, especializada em Direito trabalhista e sindical.

Segundo ela, o PEM, lançado no final do governo Sartori, foi elaborado pelas secretarias de Tecnologia, Minas e Meio Ambiente “com a participação dos próprios interessados no nosso território, ou seja, com as empresas mineradoras”, sem a participação dos ministérios Público Estadual e Federal, órgãos de fiscalização e proteção, e muito menos da socie-

dade civil. “Organizações de defesa do meio ambiente, sindicatos de trabalhadores, comitês das bacias dos rios foram totalmente deixados de fora dessa ‘construção’, que, infelizmente, ao que tudo indica, está sendo ainda mais incensada pelo atual governo Eduardo Leite. Precisamos lembrar que o atual secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos, foi secretário de Minas e Energia do governo Sartori, ou seja, não há ‘apenas’ uma continuidade na execução desse Plano, há um evidente aperfeiçoamento. A fusão das duas pastas, Meio Ambiente e Infraestrutura, deixa claro os rumos que o atual governo quer para o RS”, aponta Ingrid.

Para Rualdo Menegat, professor do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da Ufrgs, o saldo

da indústria mineradora é extremamente negativo tanto ambiental como socialmente. “A forma do arranjo econômico da exploração mineral é altamente concentrador de renda, pois, ao invés de uma rede local de empreendimentos e trabalho, gera menos empregos, e a renda fica quase exclusivamente com o minerador. O resultado é que nenhum município com mineração de carvão enriqueceu.” Ele alerta que não existe mineração de carvão limpa. “Por isso, onde essa atividade se instala de forma predadora, há um rastro de destruição ambiental que afeta a flora, a fauna, a água, a paisagem e a saúde das pessoas. O carvão possui enxofre em sua composição. Além disso, ele concentra mais de 50 elementos químicos da tabela periódica. É uma espécie de lixão químico.”



**INVISTA NOS SEUS SONHOS.**  
+ rentabilidade para você voar mais longe.

**INGRESSE AGORA**  
**(51) 99335. 2387**  
[www.sinprorsprevidencia.com.br](http://www.sinprorsprevidencia.com.br)

INSTITUICÃO **SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO **FUNDAÇÃO CEE**  
PREVIDÊNCIA PRIVADA

# Assinadas Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e da educação infantil

*Os documentos regram, junto com a CLT, o salário e as condições de trabalho dos professores que atuam na educação básica e dos que trabalham na educação infantil exclusiva*



Foto: Ascom Sinpro/RS

Assembleias do dia 22 de junho definiram conclusão das negociações de 2019

por César Fraga

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) assinou a Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 (CCT), negociada com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (Sinepe/RS) entre março e junho deste ano. A proposta foi aprovada em Assembleia Geral no dia 22 de junho. O reajuste salarial ficou em 3,94%, índice da inflação do período pelo INPC, re-

troativo a março e pago, no máximo, no salário de julho.

A nova CCT da educação básica traz uma aproximação de valores de hora-aula da educação infantil e do ensino fundamental/anos iniciais em relação ao ensino fundamental/anos finais para as escolas com maior diferença entre esses níveis. Serão atingidas escolas que praticam diferenças acima de 10%, que terão 15% de

aproximação, limitando a 2,06% (de ganho real), a ser pago em duas parcelas (agosto e janeiro). "Este foi mais um passo em direção à isonomia dos valores hora-aula dos professores da educação infantil e anos iniciais com os dos anos finais. Não há justificativa que explique a discriminação feita pelas escolas", avalia Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

Além disso, foram aprovadas

algumas alterações nas cláusulas sociais, como plano de saúde e calendário escolar. "Em um contexto tão conturbado no país, é fundamental assegurar aos docentes uma Convenção Coletiva de Trabalho que proteja os seus direitos", observa Cecília.

A CCT 2019/2020 já está disponível no site do Sinpro/RS ([www.sinpro.rs.org.br](http://www.sinpro.rs.org.br)) para consulta, download e impressão.

## CCT 2019 da educação infantil é retroativa a 2018

No último ano, o Sinpro/RS firmou acordos individuais com as escolas que atuam exclusivamente com a educação infantil, pois os sindicatos não chegaram a uma proposta para acordo coletivo, razão pela qual o novo texto da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) assinado com o Sindcreches em 2019 é retroativo a 2018. O documento, aprovado na Assembleia realizada no dia 22 de junho, tem

vigência no período de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2020.

Dentre os destaques, está o reajuste salarial: para as escolas que não praticaram o reajuste em 2018, o índice deve ser de no mínimo 1,69% retroativo a maio de 2018, a ser pago na folha de pagamento de junho de 2019, ou seja, 20,28%, a ser pago no 5º dia útil de julho; 5,07% retroativo a maio de 2019, a ser pago na folha de julho de 2019, ou

seja, 15,21%, a ser pago em agosto.

A nova CCT estabelece o adiantamento de 50% do décimo terceiro salário, que deverá ser pago em 15 de outubro, Dia do Professor, o qual terá suas comemorações antecipadas para o dia 14, segunda-feira. Também, as homologações das rescisões contratuais deverão ser assistidas pelo Sindicato, independentemente do tempo de contratação do profes-

sor, inclusive quando a rescisão for por iniciativa do professor.

"Como a educação infantil exclusiva foi a última etapa a ser reconhecida pela legislação educacional, ainda encontramos problemas no contrato de trabalho dos professores", explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. "Por isso, o Sindicato tem reforçado o investimento neste setor de forma a garantir seus direitos."

## Acordo Coletivo Plúrimo com as instituições comunitárias

O Sinpro/RS também aprovou, em Assembleia dos professores que atuam nas Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices), a renovação do Acordo Coletivo Plúrimo, o qual, desde 2016, regulamenta o salário e as condições de trabalho nessas instituições dissidentes do Sinepe/RS.

Na proposta aprovada, os salá-

rios serão reajustados pelo índice de 3,94% da inflação do período (INPC), a partir do salário de junho. As parcelas retroativas a março, abril e maio serão pagas em agosto, setembro e outubro. Em contrapartida ao parcelamento da reposição retroativa, ficou definido que as instituições não poderão conceder férias no período entre o Natal e o Ano Novo, antiga

reivindicação da categoria. Foram mantidas as demais cláusulas do Acordo Plúrimo de 2018.

O diretor do Sinpro/RS Marcos Fuhr observa que as Ices que pagarem também as parcelas retroativas juntamente com o salário de junho não estarão submetidas ao condicionante de férias referido anteriormente.

“As tratativas foram marcadas por muitas dificuldades, uma vez que as grandes universidades, por sua complexidade, sofrem mais o impacto da redução do número de estudantes e consequente redução de receitas”, expõe Fuhr.

O Acordo Coletivo Plúrimo pode ser acessado no site do Sinpro/RS ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)).

## PRÊMIO EDUCAÇÃO

### Indicações para a 22ª edição já podem ser feitas

Começa no dia 15 de julho o período de indicações para a nova edição do Prêmio Educação RS. Professores e a sociedade em geral terão até 8 de setembro para enviarem ao Sinpro/RS as informações de seus indicados nas categorias Projeto, Instituição e Profissional. Os três pré-selecionados serão divulgados ainda em setembro. Entre esses, os professores associados ao Sinpro/RS escolherão os vencedores por votação on-line. A solenidade de entrega do Prêmio está prevista para o dia 18 de outubro, em Porto Alegre.

O Prêmio se caracteriza por abranger amplamente a educação gaúcha, tanto da rede pública quanto do ensino privado, a

partir de indicações espontâneas. Neste ano, o processo será o mesmo: cada pessoa poderá escolher apenas uma categoria para fazer a indicação diretamente no site do evento ([www.premioeducacao.sinprors.org.br](http://www.premioeducacao.sinprors.org.br)). Podem ser indicados projetos, instituições e profissionais que realizam trabalhos significativos na área da educação.

“Pra nós, do Sinpro/RS, é um privilégio promover uma premiação que, por 22 anos ininterruptos, consagra o trabalho de profissionais, instituições e projetos em todo o estado. São realizações que, muitas vezes, em condições adversas constroem ações que merecem ser destacadas, reforçando o poder transformador do

processo educativo”, ressalta Margot Ándras, diretora do Sindicato.

O Prêmio se consagra, mais uma vez, como um evento anual que destaca quem faz mais pela educação em todo o estado. Desde seu lançamento, em 1998, pelo Sinpro/RS, já foram agraciados com o troféu Pena Libertária 21 profissionais, 24 projetos e 21 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.

**COMISSÃO JULGADORA** – A Comissão Julgadora é escolhida anualmente para fazer a seleção das indicações, que também contam com votação on-line. Neste ano, a equipe selecionada para compor a Comissão será divulgada em agosto e contará com repre-



sentantes de diferentes instâncias, como imprensa, entidades ligadas à educação e cultura, professores e representantes do poder público.

## IDIOMAS

### Sindicatos seguem negociando

Continuam as negociações entre o Sinpro/RS e o Sindiommas, com vistas à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho dos professores que atuam nas escolas de idiomas. As reuniões se iniciaram em maio, após a aprovação das reivindicações pelos docentes em assem-

bleias realizadas em todo estado.

No começo de junho, a pauta foi entregue pelo Sinpro/RS ao Sindicato Patronal. Atualmente, as entidades debatem sobre o banco de horas, sendo esse o principal ponto de divergências. Os representantes dos professores enviaram nova proposta

sobre o tema e aguardam nova reunião para conclusão do ponto.

Entre as principais reivindicações, estão o reajuste salarial de 5%; banco de horas; garantia de contratação direta dos professores; contribuição assistencial e antecipação do Dia do Professor para 14

de outubro, segunda-feira, além da manutenção das demais cláusulas. “Temos a expectativa de fechar a negociação em breve. A Convenção Coletiva é de extrema importância para a categoria pois rege os contratos de trabalho”, explica Ângelo Prando, diretor do Sinpro/RS.

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?




O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: [sinprors.org.br/casadoprofessor](http://sinprors.org.br/casadoprofessor) | Reservas: (51) 4009.2988




# Professores do IPA e Americano promovem novas paralisações

O quadro de recorrentes atrasos salariais, estrutura de trabalho precária, desrespeito e falta de transparência da gestão centralizada em São Paulo, cronogramas e promessas de soluções não cumpridas, entre outros problemas, persiste há dois anos e continua no mês de junho nas instituições da Rede Metodista no estado. Diante dessa realidade e do atraso dos salários de maio, os professores realizaram assembleias e deliberaram por novas formas de mobilização como: boicote a trabalhos burocráticos, não participação de reuniões, paralisações de um dia.

No Centro Universitário Metodista (IPA), foi realizada Assembleia no dia 11 de junho, e os professores

deliberaram pela paralisação das atividades no dia 25. No Colégio Americano (Imec), na Assembleia que ocorreu na noite de 26 de junho, os professores decidiram paralisar no dia 27. Já os docentes e técnicos administrativos do Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo paralisaram as atividades por um dia, na terça-feira, 28 de maio. As decisões dos professores foram comunicadas formalmente pelo Sindicato à direção das instituições de ensino e da Rede Metodista, bem como aos principais veículos de comunicação do estado.

Além dos frequentes atrasos nos pagamentos dos salários desde 2017, as Instituições Metodistas do Sul não pagam as multas pelos



Foto: Reprodução/Facebook

Estudantes do Americano aplaudiram os professores grevistas nos corredores da escola. atrasos salariais, não cumprem os acordos e nem depositam o FGTS, neste caso desde 2016.

O Sinpro/RS vem acompanhando e assessorando os docentes do colégio Americano e de toda a Rede Metodista de Educação do Sul. "Sempre tentamos buscar uma

solução negociada para os recorrentes problemas financeiros e judiciais da instituição. A interlocução com a gestão, centralizada em São Paulo, é muito difícil, e os dados da situação da Rede Metodista não são esclarecidos", explica Margot Andras, diretora do Sindicato.

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado previdenciário



## Quando o professor terá reconhecido tempo especial?

A luta dos professores para o reconhecimento de atividade especial foi uma constante; entretanto, com as modificações e alterações constitucionais, restou uma "aposentadoria com tempo reduzido".

Mas existem situações em que o professor está exposto a agentes agressivos, como o caso do professor de Química, em especial na sua prática, manuseando com infinidades de agentes qualificadores do tempo como especial. Mais agudo, ainda, quando o labor se estabelece no campo prático, exemplo do professor de escolas técnicas. Podemos tê-los no âmbito da mecânica (os agentes são óleos, graxas, hi-

drocarbonetos, entre tantos outros); na área da saúde, contato com sangue, agentes infectocontagiosos, biológicos, secreções, também incorrendo em inúmeras possibilidades desta qualificação do tempo como especial. No âmbito universitário, da mesma forma, se buscarmos os ramos mais diversos, como nas engenharias de alimento, elétrica, química, e na área da saúde.

Nestes contatos cotidianos com os professores, não raro nos deparamos com a ausência de informação desta possibilidade do tempo especial no magistério, pois há um senso comum de que toda e qualquer atividade vinculada aos pro-

fessores não é mais especial. No entanto, há uma notória diferenciação entre o gênero e as espécies do labor magisterial e, nestas circunstâncias, sim, ainda terá o professor o direito à aposentadoria especial, porém é importante que o empregador tenha laudo produzido no ambiente de trabalho e, por conseguinte, forneça o documento necessário para essa prova, que é o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). Trata-se de uma obrigação legal do empregador, e a omissão ou negativa de entregar tal documento lhe impõe sanções, inclusive respondendo por dano material, acaso a apo-

sentadoria devida ou a contagem do tempo diferenciada não seja deferida ao trabalhador, dada a ausência desses documentos.

Assim sendo, ainda resiste o direito à aposentadoria especial em algumas situações relativas ao exercício da atividade de professor, devendo o profissional, quando exposto a agentes agressivos, buscar os documentos devidos e, acaso negado pelo empregador, pugnar pela atuação lúdima do Sindicato para solver esta distorção e, ao fim, quiçá ultimar benefício mais vantajoso diante da condição especial de seu labor, resgatando histórica proteção social aos professores.

## A vantagem deste cartão é que quanto mais você usa, mais você ganha.

Com o Cartão do Associado, professores e dependentes aproveitam diversos produtos e serviços com descontos exclusivos.



Acesse [sinprors.org.br/convenios](http://sinprors.org.br/convenios), pesquise os descontos disponíveis na sua região e aproveite!

## UERGS

# Tratativas podem se encerrar até final de julho

Devem ser concluídas em julho as negociações entre o Sinpro/RS e o governo do estado para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho dos professores da Uergs. Uma nova reunião está agendada para o dia 10 deste mês, e a expectativa do Sindicato é de conclusão das tratativas ainda neste encontro. A data-base da categoria é 1º de março.

No início de maio, em Assembleia Geral, os professores aprovaram a pauta de reivindicações entregue ao governo em junho, no começo das reuniões de negociação. "Nossa intenção é garantir a

reposição completa do INPC do período como reajuste salarial, dada a dificuldade de avanço nas negociações com o governo", afirma Amarildo Cenci, diretor do Sindicato.

**FRENTE PARLAMENTAR** – Foi lançada em maio a Frente Parlamentar em Defesa da Uergs, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em Assembleia, foram aprovados pelos professores o apoio aos trabalhos da Frente Parlamentar e a participação nas iniciativas de fortalecimento da Uergs, tanto nas pautas das condições de trabalho quanto de melhoria na infraestrutura.



## LIBERATO

# Sinpro/RS negocia com o governo estadual

Seguem as tratativas para a conclusão da negociação para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos professores da Fundação Liberato. As reuniões se iniciaram em junho, em conjunto com os sindicatos dos professores e dos funcionários e associações de professores da Fundação junto ao Grupo de Assessoramento Especial do Governo do Estado (GAE).

No encontro, os representantes dos trabalhadores apresentaram

a pauta de reivindicações e ouviram relatos sobre as diretrizes políticas dos intermediários do governo do estado.

Entre os principais pontos da pauta, estão a reposição do INPC do período e a renovação de cláusulas sociais. No dia 10 de julho, haverá nova reunião com o governo, e a expectativa dos sindicatos é que nessa data sejam concluídas as negociações e firmados os Acordos.



## GINÁSTICA LABORAL

### Viver bem, viver melhor

Quando o assunto é saúde e bem-estar, a tão falada qualidade de vida, desgastada e repetida, já passa batida aos nossos olhos. Já não instiga, já não motiva e, inclusive para alguns, até causa certo desconforto ou bronca.

### Nem tudo está perdido!

Diversos estudos demonstram que, para ter saúde e uma vida de mais qualidade, não precisamos necessariamente passar infundáveis e impraticáveis horas "malhando". Nosso corpo foi feito para o movimento e, para tanto, podemos incluir uma rotina de exercícios breves durante nossa jornada de trabalho. Simples assim, acredite!

### Aí vem a dica: Ginástica Laboral - ginástica de pausa!

Provavelmente você já ouviu falar desta atividade. Ela nasceu em 1925, na Polônia, inicialmente chamada Ginástica de Pausa. Lá pelos anos 1960 se consolidou no Japão, chegando ao Brasil na década de 1970.

Apesar de associarmos ela ao ambiente corporativo, é fato que pode ser indicada a todos com objetivo de manter o corpo em movimento quebrando o ritmo, a rigidez e a rotina de uma jornada de trabalho, seja ela qual for. E – a parte boa – pode ser praticada em qualquer ambiente, em casa ou no trabalho.



### Denise Piltcher

Educadora Física e Diretora Técnica da Pace Consultoria Esportiva

[somos.pacevida.com.br/sinprors](https://somos.pacevida.com.br/sinprors)

Acesse a Plataforma Somos Move e encontre dicas e orientações de especialistas dessa e de outras áreas da saúde.



## História, jornalismo e negritude

por Gilson Camargo

Durante três décadas, de 1980 a 2010, existiu em Porto Alegre uma Imprensa Negra Carnavalesca – não confundir com imprensa negra ou imprensa carnavalesca –, representada por três veículos alternativos, os jornais impressos *Folhetim do Zaire*, *O Jurado* e *Ensaio Geral*.

Eram veículos alternativos, voltados para as comunidades negra e carnavalesca. “Tinham como editor-chefe e articulista principal uma pessoa ligada ao movimento das escolas de samba ou carnavalesco, membro de alguma comunidade, auxiliado por colunistas voluntários. O tema central eram o carnaval e as escolas de samba, porém sempre surgiam discussões sobre saberes construtores de identidades negras ou posicionamentos políticos contra discriminação racial, principalmente relacionadas às culturas negras”, descreve Roberto Santos, professor de História da Ulbra por 25 anos, doutorando em Educação com ênfase em Estudos Culturais.

Essa é a segunda vez que Santos investiga a existência e o significado de uma imprensa negra – que o estágio atual da pesquisa indica ser um fenômeno restrito à capital gaúcha. Em 2007, essa discussão norteou sua dissertação de mestrado *Pedagogia da Negritude e identidades negras: jeitos de ser negro em Porto Alegre*. Atualmente, sob orientação da professora

doutora Maria Angélica Zubaran, ele analisa o jornal *Ensaio Geral*, inscrito como Imprensa Negra Carnavalesca, “enquanto uma categoria diferenciada, vinculada especificamente em como as escolas de samba e os carnavalescos conseguem nomear a si mesmos”.

Ao analisar os periódicos, ele constata que há nesses informativos uma proposta explícita de aprendizado voltado às comunidades negra e carnavalesca, “no sentido de posicionamentos, das identidades negras e de saberes ligados à existência das escolas de samba como territórios negros, assim como de uma memória carnavalesca que articula sobre lugares, sujeitos e protagonismos” – discussões que sempre orientaram sua vida pessoal e acadêmica. “O fato destes jornais não existirem em arquivos oficiais, mas estarem como documentos em mãos de particulares ligados ao carnaval já induz pensarmos a quem eram endereçados”, aponta.

A pesquisa, segundo ele, também busca desvendar formas alternativas de ensino e aprendizagem nas comunidades. “Um desses caminhos é a mídia, de onde tiramos diversas oportunidades e instrumentos, que chamamos de artefatos culturais, que nos permitem aprendizado, troca e o entendimento sobre a produção de sujeitos”, ressalta Santos. “O entendimento de uma Imprensa Negra Carnavalesca como algo diferencial e formador de um tipo específico de sujeito é um caminho norteador da pesquisa”, antecipa.



Roberto Santos, professor de História da Ulbra por 25 anos, doutorando em Educação com ênfase em Estudos Culturais

## PALAVRA DE PROFESSOR

por Deise A. Enzweiler  
professora de Educação Básica e doutoranda  
do Programa de Pós-Graduação da Unisinos

### O destino solitário do professor brasileiro

Na última greve geral, no dia 14 de junho, retornei a uma das cidades nas quais atuei como professora para me juntar às colegas no movimento contra a reforma da Previdência. A manifestação, pacífica e elucidativa, foi alvo de xingamentos e palavras ofensivas. Não é novidade que algo novo paira sobre nosso país. Múltiplas violências, guerras virtuais e batalhas ideológicas compõem o cenário no qual se peleia pela verdade em uma briga dicotômica. Da guerra pela verdade, surge um ódio muito específico: o ódio ao professor.

Faz-se necessário refletir sobre as consequências, sérias, que o ódio ao conhecimento e à intelectualidade, personificada na figura do professor, pode gerar daqui por diante. Um professor sempre deve ser alguém consciente do seu tempo. Justamente por isso, o ataque que se faz a eles é perigoso, pois se torna um tipo de ameaça às liberdades individuais e à própria atmosfera democrática de um país.

Estudos históricos variados evidenciam como sociedades com tendências totalitárias e autoritárias sempre atacaram a liberdade de pensamento. E, por conseguinte, a educação sempre foi um dos alvos mais certos e profícuos. É por essas razões que bater sineta é o destino solitário do professor brasileiro, para além da guerra ideológica que tem pautado o debate político nacional. O seu destino é solitário porque a educação nunca foi prioridade de um governo no Brasil. Talvez, em alguns casos, houve mais investimento ou correções pontuais, mas a educação, como projeto de Estado, com investimento público comprometido com uma mudança de longo prazo, especialmente na Educação Básica, foi e ainda é um sonho distante aos olhos dos professores.

A luta pela educação, no Brasil, não tem lado. Ela é o destino solitário de todo professor que sonha com o projeto da educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Por isso, mais do que um destino solitário, bater sineta é uma das formas que temos de resistir, frente a qualquer espectro ideológico, para que a liberdade de pensar livremente, por mais contraditório que isso possa soar, esteja sempre garantida.

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail [palavradeprofessor@sinprors.org.br](mailto:palavradeprofessor@sinprors.org.br).

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br).



# Mapa de sangue

*A realidade que emerge desses estudos mostra que ocorrências em que um bandido foi morto por um cidadão armado são casos extremamente raros*

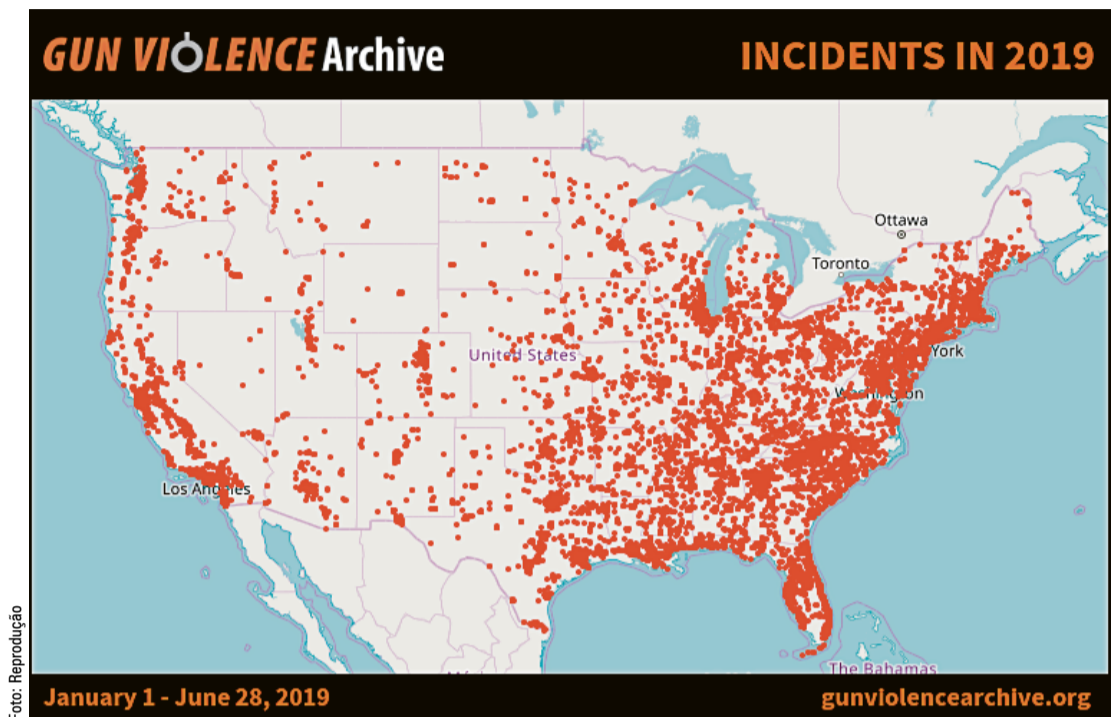


Foto: Reprodução

A posse e o porte de armas de fogo no Brasil voltaram à agenda política por conta da obsessão de Bolsonaro em "armar a população". O Congresso já derrubou os decretos presidenciais pró-armas, por serem claramente inconstitucionais, mas permanece a necessidade do debate sobre os efeitos de uma maior disponibilidade de armas de fogo. O clã Bolsonaro é fã da tradição americana quanto às armas. Como se sabe, os Estados Unidos possuem uma forte cultura pró-armas. Ter um revólver em casa, ou mesmo rifles e pistolas automáticas, é normal para muitas famílias americanas. Embora existam estados com leis de maior controle sobre a venda de armas, é comum que feiras e mesmo supermercados vendam armas, inclusive armas de ataque (*assault weapons*). O caso americano é, nesse particular, um ponto fora da curva nas democracias contemporâneas, nas quais se observa forte tendência em favor de políticas restritivas ou mesmo de proibição total ao armamento civil. Também por essa razão, é um exemplo importante se queremos saber o que pode ocorrer em uma sociedade com enorme disponibilidade de armas de fogo e cultura que estimula seu uso.

O infográfico no alto deste tex-

to mostra um dos resultados desse imenso arsenal. Ele marca os incidentes com disparos de armas de fogo noticiados nos primeiros seis meses deste ano, até o dia 28 de junho. Até essa data, foram 26.487 casos registrados, que produziram 6.997 mortes e 13.533 feridos (dados disponíveis em [www.gunviolencearchive.org](http://www.gunviolencearchive.org)). Se você for olhar os dados no momento em que estiver lendo este texto, eles já serão maiores.

Nesse mesmo período, foram 191 casos de "tiros contra grupos de pessoas", os chamados *mass shootings*, ocorrências contadas quando há pelo menos quatro vítimas, entre mortos e feridos, sem contar o atirador. Como regra, sabemos dos massacres ocorridos em escolas americanas – que seguem mobilizando a atenção da mídia – e de eventos com dezenas de mortes, como o de 1º de outubro de 2017, em Las Vegas, quando um atirador se instalou em um quarto no 32º andar de um hotel e disparou aleatoriamente contra uma multidão que assistia a um show, matando 58 pessoas e ferindo mais de 500; ou como o de 12 de junho de 2016, quando um atirador matou 49 pessoas em uma boate gay em Orlando e feriu mais de 50. As tragédias do cotidiano, com número menor de mortos e feridos, sequer mobilizam a aten-

ção, porque se tornaram parte de uma paisagem de sangue.

Qual é a resposta que os defensores das armas nos EUA dão aos massacres? Para a Associação Nacional do Rifle (*National Rifle Association - NRA*), principal lobby do armamento, essa resposta é uma frase feita: "A única forma de parar um bandido armado é um cidadão de bem com uma arma" (*The only way to stop a bad guy with a gun is with a good guy with a gun*). Muita gente no Brasil também acredita nesse slogan. O ponto é: ele expressa uma verdade científica?

Por óbvio que há situações em que o emprego de uma arma pode evitar um crime; assim como há casos em que a resistência armada resulta na morte de quem reage. Não se chegará a lugar algum a partir de histórias do tipo, porque elas dizem respeito a um universo que não pode ser apreendido por relatos individuais, mas apenas por dados agregados. Para saber se cigarro faz mal, ninguém deve se embasar no caso do tiozinho que fumou a vida inteira e morreu aos 98 anos. A língua inglesa tem uma palavra para esses "casos" contados, como se fossem a prova de algo: *anedoctal*. Não tem a ver com "anedótico", mas com irrelevância empírica. Para lidar com dados agregados, precisamos de pesquisa e processamento estatís-

tico. Quem tiver interesse em dados científicos poderá encontrá-los em muitos estudos de revisão e em levantamentos criteriosos, como *Firearm Justifiable Homicides and Non-Fatal Self-Defense Gun Use*, uma análise com base nos dados do FBI e do Serviço Nacional de Pesquisas de Vitimização dos EUA, disponível em: [www.vpc.org/studies/justifiable15.pdf](http://www.vpc.org/studies/justifiable15.pdf).

A realidade que emerge desses estudos mostra que ocorrências em que um bandido foi morto por um cidadão armado são casos extremamente raros. Na proporção, para cada morte legalmente justificável produzida por quem disparou em sua defesa, há 34 homicídios, 78 suicídios e duas mortes acidentais. Ou seja, é duas vezes mais provável que um cidadão armado mate alguém acidentalmente do que mate um bandido em uma tentativa de assalto. Grande parte dos proprietários de armas de fogo jamais fará uso delas, mas entre os que farão uso, é muito maior o número dos que para se defender. Agora imaginem isso no Brasil, um país onde as pessoas costumam se ofender e ameaçar em suas interações cotidianas e onde a ideia de que há pessoas desprezíveis, que não merecem viver, virou parte da gramática do poder.

## Baixa visão, alta sensibilidade



### AUDIODESCRIÇÃO DA IMAGEM\*:

Em foto colorida vertical que ocupa página inteira, a organizadora do livro *Histórias de baixa visão*, Mariana Baierle, está em uma biblioteca, em pé, no centro de um corredor formado por duas prateleiras de livros. Ela é loira, com cabelos lisos pelos ombros e presos pelos óculos de sol usados como tiara. A foto é de meio corpo. Mariana sorri. Tem a pele e olhos claros, usa uma camisa de seda preta e segura a obra de capa verde com as duas mãos. No topo da imagem, no canto superior esquerdo, o logotipo da editoria, Arte Mais em azul. Logo abaixo, o título da matéria está centralizado em letras pretas: *Baixa visão, alta sensibilidade*. O texto da audiodescrição está dentro de um retângulo vertical branco, sobreposto à imagem do lado direito da foto.

\*Audiodescrição é um recurso de acessibilidade que auxilia as pessoas de baixa visão a estabelecer o nexos entre os sentidos ao descrever o que é visualizado em fotos, peças audiovisuais, cinema, eventos, galerias de arte, salas de aula, passeios, etc.



Um livro que reúne depoimentos de pessoas com acuidade visual inferior a 30% se propõe a diminuir a desinformação e aumentar a consciência social sobre a necessidade de políticas públicas de inclusão de cegos e pessoas com baixa visão. Com esse foco, os desafios e as conquistas perpassam as páginas da obra *Histórias de Baixa Visão*, cuja 2ª edição, revista e ampliada, está sendo lançada em saraus e encontros pelo Brasil ao longo deste ano.

Dos 23 autores e autoras, 20 têm acuidade visual inferior a 30%, o que caracteriza a baixa visão; duas são professoras que atuam com pesquisa e ensino de estudantes com deficiência, e uma é mãe de um adolescente com baixa visão. A ideia de reunir as experiências dessas pessoas em um livro surgiu em um grupo de bate-papo do WhatsApp. Entre as conversas sobre as dificuldades do dia a dia, havia relatos emocionantes de aprendizados, vitórias, situações cômicas, doídas, angustiantes e apaziguadoras. Narrativas que davam uma dimensão tão precisa da complexidade da vida, que Rafael Martins dos Santos, diretor de Empreendedorismo da Associação de Cegos do RS (Acergs) e um dos autores, propôs – e o grupo concordou – que fossem compartilhadas.

No Brasil, segundo o IBGE, há mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 24% da população. Desse total, aproximadamente 6 milhões têm baixa visão,

e 550 mil são cegas. “Entretanto, socialmente, a baixa visão ainda é muito pouco conhecida e reconhecida como uma deficiência”, lembra a organizadora Mariana Baierle, na abertura da obra. A baixa visão pode resultar de glaucoma, catarata, retinose pigmentar, degeneração macular, descolamento de retina, diabetes, acidentes, entre outras causas. As pessoas podem nascer com a deficiência ou adquiri-la ao longo da vida. A velocidade da perda pode variar, assim como a sensibilidade à luz e à sombra, ao claro e ao escuro.

A maioria dos autores e autoras é de Porto Alegre, mas há depoimentos também de pessoas de Canoas, Nova Petrópolis, Pelotas, Viamão, e Novo Hamburgo (RS); Campo Grande (MS); Campinas, Santana do Parnaíba, Sorocaba e São Paulo (SP); Aracaju (SE). São estudantes, professores e professoras, jornalistas, arquiteta, advogada, fotógrafo, bancários, veterinária, enfim, profissionais de várias áreas de atuação que, através de suas narrativas, ensinam que é preciso fazer uma revolução por dia para viver com uma deficiência visual na sociedade.

O livro está dividido em cinco partes: Descoberta e Ressignificação da Baixa Visão; Trajetórias; O uso da Bengala – entre a negação, a aceitação e a autonomia; Episódios difíceis, cômicos ou inusitados com a Baixa Visão e Além do que não se pode ver e ouvir – Baixa Visão e as intersecções com a Surdocegueira.

Há relatos como o de André Werkhausen Boone, graduado em Administração e especializando em Direito do Consumidor. “Sem

dúvida, o maior medo que me atormentava era o de não saber o que viria no dia seguinte. A dificuldade visual era somente um dos limitadores, além da ansiedade diante da incapacidade de viver da forma que estava acostumado. Antes, tinha a visão plena que facilitava totalmente o desempenhar das atividades”, descreveu. Uma inflamação no sistema nervoso central, chamada Síndrome de Devic, foi gradualmente tirando sua visão, que culminou em uma cegueira em 2009. Gabriel Pessoa Ribeiro, acompanhante terapêutico e estudante de Psicologia, quando criança passou de oftalmologista em oftalmologista, que repetiam: “Ele não tem nada nos olhos”. Chegaram a lhe recomendar um ortopedista, antes de descobrir que os enjoos, as dores de cabeça frequentes e a diminuição do campo visual se deviam a um câncer do tamanho de uma laranja alojado no cérebro, entre os nervos ópticos. Tinha então 13 anos de idade. “O ambiente escolar me propôs os primeiros desafios que enfrentaria dali em diante”, contou.

A professora Eliane Santiago descobriu que podia dar aulas mesmo tendo uma deficiência visual congênita. Com a ajuda de uma auxiliar, e a empatia das crianças e de pais e mães, atualmente é uma

profissional realizada. “Sou muito grata por tudo que me permite aprender e que alguém se permita me ensinar. Sozinhos, não somos nada e com o próximo, somos força máxima. Eu ergui a cabeça, fui em busca de meus sonhos e hoje posso dizer que tenho amigos que enxergam a essência da Eliane, e não o que a maioria das pessoas enxerga – uma pessoa cega – para depois, caso o preconceito permita, verificar se possuo alguma capacitação”, salientou.

Desde a primeira edição, em 2017, *Histórias de Baixa Visão* vem proporcionando ao grupo dar visibilidade e denunciar a falta de políticas públicas capazes de assegurar às pessoas com deficiência acesso digno à educação, à saúde, ao mercado de trabalho. “A gente fica feliz com as reações de acolhida, mas sonho com o dia que não se precise mais fazer um livro desse tipo”, diz Mariana, que é jornalista, mestre em Letras, consultora em audiodescrição e trabalha como técnica administrativa na Ufrgs. “Sair de casa e enfrentar uma calçada, o trânsito, pegar um ônibus, chegar ao trabalho...A gente lida com adversidades de toda ordem”, alerta. “O livro é um instrumento para sensibilizar as pessoas, mas ainda há muitas muralhas a derrubar”, conclui.

## Onde adquirir:

Na página da editora CRV, é possível comprar a versão impressa ou digital: [www.editoracrv.com.br](http://www.editoracrv.com.br).

A versão impressa tem também uma edição em Braille. Os direitos autorais da venda são revertidos em livros que são doados para bibliotecas públicas e escolas.

Redes Sociais: [www.facebook.com/historiasdebaixavisao](https://www.facebook.com/historiasdebaixavisao).

## Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed  UNIODONTO 

Faça a simulação e confira  
o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

**sinprosaúde**



FRAGA

## Desinterpretações

*Os livrões nem fizeram tintim: engoliram num gole só e pediram outras doses. A primeira a desabafar foi a Bíblia: – Vocês viram a Marcha para Jesus?*



Ilustração: Sica

**A** Bíblia, a Constituição e o Código Penal entram num bar.

O garçom estranha: nunca viu nenhum deles ali. E a má aparência: os livrões estão com as capas sujas, meio desfolhados, com pequenos rasgões. Fossem pessoas, o garçom diria que estão arrasadas. Natural entrarem em busca de algum alívio.

O garçom quer saber o que vão tomar.

A Bíblia, que sempre preferiu beber água transformada em vinho, inova o pedido, feito com um tapa na mesa: – Traz aquela que matou o guarda!

A Constituição, acostumada com uísque, champanhe, poire e até caninha, se horroriza. Com o que resta da antiga classe, reage: – Nada disso, amiga, olha a composição! Pra começo do nosso merecido porre, vamos nos reconfortar com conhaque.

O Código Penal, que mantinha abstinência somente nos tribunais, falou com voz soturna, bem de acordo com os estragos na sua encadernação: – Tudo que vocês pedirem, eu topo. Não aguento mais a situação nacional que vivemos.

O garçom saiu para buscar o Dreyer, que bar de piada nunca teria Macieira ou Hennessy.

Os livrões nem fizeram tintim: engoliram num gole só e pediram outras doses. A primeira a desabafar foi a Bíblia: – Vocês viram a Marcha para Jesus? Os caras faziam arminha com as mãos! Jesus disse amai-vos uns aos outros e esse pessoal entendeu matai-vos! Pra eles Jesus é comunista, logo Ele, sujeito apartidário,

sem preconceitos. E apesar Dele pôr a paz acima de tudo, Jesus é criticado em tudo que diz e faz! Não suporto mais ser mal-interpretada!

Daí em diante, muita bebida, desabafo e choradeira. O canto do bar parecia ter sido bombardeado.

A Constituição tentava consolar a Bíblia. Em seguida, já meio desmilinguida, disse o que mais a afligia: – E eu, que se baseiam em mim para justificar conspirações, conluios e até golpes? Falam que me respeitam, que me seguem, mas quantos presidentes já derrubaram? Me interpretam sempre com interesses antidemocráticos, já não sirvo de referência para o país. Me sinto inútil!

O Código Penal, igualmente triste e transtornado, falou com voz arrastada: – Puizé, só eu sei o que passo com o STF. É um tal de condenar alguns e absolver outros, de prender estes e soltar aqueles. Me interpretam errado a torto e a direito. A justiça não é mais questão de instância, é de inconstância. E que vergonha essa promiscuidade entre juiz e procurador!

A Bíblia ainda tentou animar os companheiros: – E pensar que a gente devia ser um abrigo pro brasileiro desamparado pelos poderes.

Foi aí que o garçom chegou perto, falando baixinho: – Os fregueses querem saber o que há com vocês. O que eu digo para o povo?

Os três responderam numa só voz, embargada e embriagada: – Fala que as instituições continuam de pé.

PROGRAMAÇÃO  
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br) ou 51. 4009.2971.

### SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

13/7 – As Tubas apresenta *canções e poemas*.

27/7 – Felipe Karam apresenta *De Sol a Sol*.

### ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca

Foto: Igor Sperotto



Até 4/8, 19h, *Algum pequeno oásis de fatalidade perdido num deserto de erro*, mostra individual do artista Leo Caobelli, com curadoria de Fernanda Medeiros.

Visitação: de terça a sexta-feira, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h.

### VINHO

Porto Alegre

*Vinícola Las Payas – Vinos Naturales*.

Apresentação: argentino Santiago Salgado.

4/7 | 19h30 | Inscrição: R\$ 45,00.

*Vive la France – a Queda da Bastilha*.

Apresentação: a confirmar.

17/7 | 19h30 | Inscrição: R\$ 45,00.

### ECARTA APOIA

Porto Alegre

5 a 7/7 – Vitor Ramil apresenta

*Avenida Angélica*.

Local: Theatro São Pedro.



Foto: Marcelo Soares

### ECARTA ANFITRIÃ

Porto Alegre

Até 31/12 – Prática de Yoga na Ecarta

Ministrantes: professores Cristina Oliveira e Márcia Naimayer.

Mensalidade: R\$ 80,00.

19 e 20/7 – Curso Captação de recursos e prestação de contas.

Ministrantes: Daniel Bender Ludwig e Ana Paula Amaral.

Mensalidade: R\$ 300,00.

### CONVERSA DE PROFESSOR

Fontoura Xavier – Inscrição gratuita

22/7 | 13h30 – Educação infantil no atual contexto.

Ministrante: professora Sariane Pecoits.

23/7 | 13h30 – Conceitos matemáticos: desenvolvimento do raciocínio lógico na infância.

Ministrante: pedagoga Eliane Kiss.

24/7 | 13h30 – Para além de nossas diferenças: a experiência entre pessoas com deficiência intelectual.

Ministrante: atriz Pati Ragazon.

### CULTURA DOADORA

Brochier

17/7 – A educação e a doação de órgãos.

Público: Professores, funcionários e estudantes do ensino fundamental e do ensino médio.



VERISSIMO

# The Queen

*Mas o que o Bolsonaro não se dá conta é de que ele se elegeu com um poder que nenhuma rainha tem, ou teve nos últimos anos*

O presidente se queixou de que estão querendo transformá-lo numa rainha da Inglaterra. Nunca entendi bem esse uso da rainha inglesa – ou qualquer rainha – como exemplo de poder ornamental, que reina mas não manda. Todos os privilégios da coroa (no caso a Elizabeth) seriam provas da sua inutilidade. Ela mora de graça num castelo e, para veranear, pode escolher entre vários outros castelos. Mesmo que alguns gastos com os castelos sejam da sua responsabilidade (imaginem os IPTUs!), a rainha vive cercada de segurança e conforto às custas dos seus súditos. Nada a agrada mais do que uma noite à beira do fogo, conversando com Philip e fazendo cafuné no cachorro, ou conversando com o

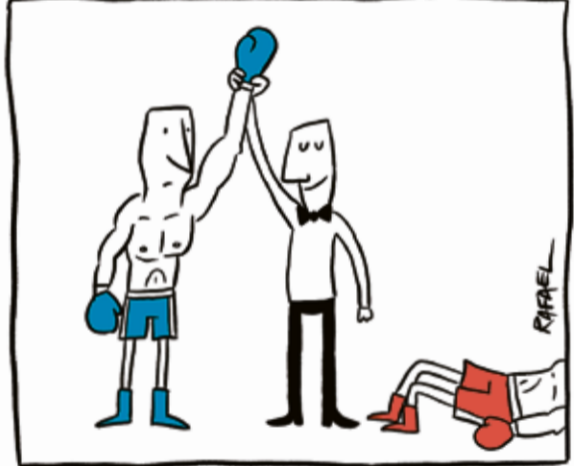
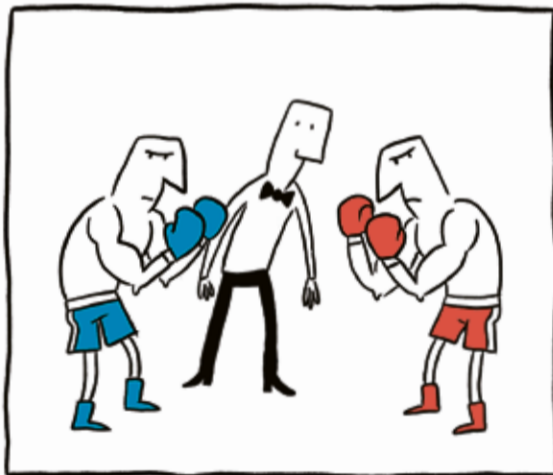
cachorro e fazendo cafuné no Philip. Sua única obrigação é participar das cerimônias oficiais do reino, quando ela tem a oportunidade de usar um dos seus magníficos chapéus, que há anos resistem ao escárnio republicano e, segundo alguns, são os verdadeiros símbolos do império. É uma vida invejável. Mas virou exemplo de poder sem potência.

A queixa do Bolsonaro é que querem que ele seja rei só para espetáculo, um rei inglês simbolizando nada, ou só simbolizando. O verdadeiro poder, no sistema inglês, está no parlamento. Mas os ingleses deram um jeito de ter um parlamento poderoso e atuante e ao mesmo tempo, ao seu lado, uma paródia de parlamento, a Câmara dos Lordes. Os lordes, que só se reúnem para trocar dicas de charutos e conhaques, são os verdadeiros ingleses. Mas o que o Bolsonaro não se dá conta é de que ele se elegeu com um poder que nenhuma rainha tem, ou teve nos últimos anos. O capitão Bolsonaro pode demitir generais. Pode mudar generais de lugar, inventar cargos e ministérios para brincar de troca-troca de generais. Não sei do que estão reclamando. Deve ser divertido.

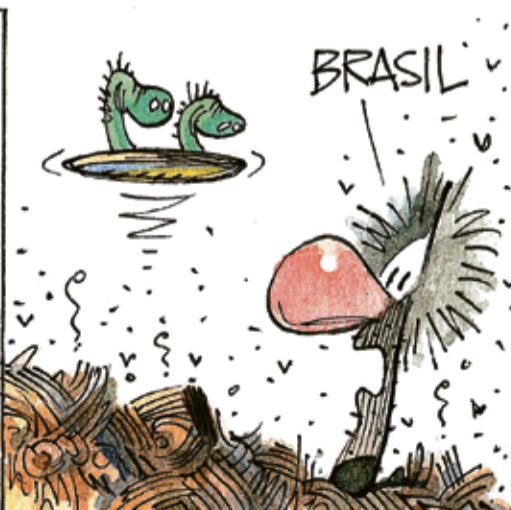
A diferença entre uma rainha da Inglaterra elizabetana e uma rainha da Inglaterra atual é que uma podia encomendar execuções de rebeldes e descontentes e a outra tem que lidar com o Maia.



RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



**Fiscalize o cumprimento das  
normas coletivas de trabalho.  
Em caso de qualquer irregularidade,  
comunique o Sinpro/RS.**

As Convenções e os Acordos Coletivos de Trabalho que regulam a atividade profissional das professoras e dos professores da Educação Infantil, Básica e Superior estão aprovados. Esse é o resultado do trabalho de um Sindicato que conta com diretores, assessorias técnicas e estrutura física do tamanho certo para atender às demandas de toda a categoria.

**Garantia de direitos.  
Contribuir com o Sindicato dá nisso!**

Acesse a íntegra dos documentos em [sinprors.org.br](http://sinprors.org.br)

**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão*